



Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Instituto Três Rios  
Departamento de Ciências Econômicas e Exatas - DCEEX

Rosana Rodrigues de Medeiros

**ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL NO PERÍODO DO PLANO DE  
METAS DE JK COM ENFOQUE NO CAPITAL INTERNACIONAL**

Três Rios, RJ.

2016

**ROSANA RODRIGUES DE MEDEIROS**

**ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL NO PERÍODO DO PLANO DE  
METAS DE JK COM ENFOQUE NO CAPITAL INTERNACIONAL**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas do Departamento de Ciências Econômicas e Exatas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto Três Rios sob a orientação do professor Cid de Oliva Botelho Junior.

Três Rios, RJ.

2016

ROSANA RODRIGUES DE MEDEIROS

**ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL NO PERÍODO DO PLANO DE  
METAS DE JK COM ENFOQUE NO CAPITAL INTERNACIONAL**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas do Departamento de Ciências Econômicas e Exatas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto Três Rios.

Defendida e aprovada em: \_\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Me. Cid de Oliva Botelho Junior (Orientador)  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto Três Rios

---

Prof. Dr. Paulo José Saraiva  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto Três Rios

---

Prof. Dr. Roberto Salvador Santolin  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto Três Rios

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida. Aos meus pais, irmãos, afilhados, namorado e amigos pelo apoio e ajuda nas horas mais difíceis.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, o principal responsável para que eu conseguisse chegar até aqui e por estar sempre presente em minha vida, sendo o maior mestre que eu pudesse conhecer.

A minha família, que mesmo distante se fez presente sempre me incentivando, apoiando e me amando.

Ao meu namorado Lucas, por me amar, apoiar e compreender, também à sua família que muito me ajudou.

Aos velhos e novos amigos, que me ampararam, incentivaram e souberam entender os momentos de ausência.

Aos amigos “economistas”, agradeço pelos dias vividos dentro e fora da sala de aula, que nossa amizade perdure por muito tempo.

Agradeço a todos os professores, por me proporcionar o conhecimento ao longo dessa caminhada. Alguns ficarão para sempre em minha memória.

Ao meu orientador Cid, pela dedicação, incentivo e empenho que muito me auxiliou para a conclusão desse trabalho.

.

## RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar o desenvolvimento nacional no período do Plano de Metas destacando a importância do capital internacional e as implicações de sua atuação na economia brasileira. Para tanto, analisa-se o cenário externo examinando o perfil dos fluxos de capitais em meados dos anos 50, quando a presença do IDE foi predominante. Ademais, verifica-se qual o tipo deste IDE, quem o realizava e em quais setores ele esteve presente. Considera-se ainda, o cenário ideológico e político do período referido, revisando a história do governo de Juscelino Kubitschek, elucidando o seu nacional-desenvolvimentismo e as características do seu projeto que contou com a participação do capital internacional. No cenário econômico interno será descrito o que foi o Plano de Metas, seus objetivos e resultados. A situação econômica brasileira será exibida em resumo do ano de 1950 até o ano de 1964, mostrando que o êxito do governo JK foi considerável e o Plano de Metas bem-sucedido. O Plano proporcionou altas taxas de crescimento econômico brasileiro. Além disto, muitas das metas estabelecidas foram realizadas. No entanto, postergou-se a manifestação dos desequilíbrios levando a uma grave crise econômica que desencadeou o golpe de 1964.

**Palavras-chave:** Capital Internacional, Desenvolvimento Econômico, Industrialização, Juscelino Kubitschek, Plano de Metas.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDE - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico

BP - Balanço de Pagamentos

CACEX - Carteira de Comércio Exterior

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

CMBEU - Comissão Mista Brasil- Estados Unidos

CDE - Conselho de Desenvolvimento Econômico

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

ET - Empresas Transnacionais

EUA - Estados Unidos da América

FGV - Fundação Getúlio Vargas

FMI - Fundo Monetário Internacional

GEIA - Grupo Executivo da Indústria Automobilística

GEICON - Grupo Executivo da Indústria de Construção Naval

GEIMAPE - Grupo Executivo da Indústria de Mecânica Pesada

GEIMAR - Grupo Executivo da Indústria de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias

GEIMF - Grupo Executivo de Material Ferroviário

GEMF - Grupo Executivo de Exportação de Minério de Ferro

IDE - Investimento Direto Estrangeiro

JK - Juscelino Kubitschek

OPA - Operação Pan – Americana

PEM - Programa de Estabilização Monetária

PM - Plano de Metas

PSD - Partido Social Democrático

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUMOC - Superintendência da Moeda e do Crédito

UDN - União Democrática Nacional

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Entrada do Capital Estrangeiro no Brasil (1951-1960) em US\$ milhões .....	43
Gráfico 2 - Produto Interno Bruto a custo de fatores, por setor de atividade, 1950-1960. ....	61
Gráfico 3 - Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado: variação real anual (% a.a.) - ref. 2000.....	69

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Investimento Requerido pelo Plano de Metas (1957/1961) .....	48
Quadro 2 - Extensão da rede rodoviária brasileira. ....	51

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Investimento Direto Estrangeiro na América Latina (US\$ Milhões, preços correntes) .....	24.
Tabela 2 - Estoque de Investimento Direto Estrangeiro via Instrução 113 (1955-1959) .....	26
Tabela 3 - Setores de Aplicação do IDE via Instrução 113 (1955-1966) .....	26
Tabela 4 - Investimento Direto Estrangeiro Norte-Americano – Setor e Destino (1967 - US\$ Milhões) .....	28
Tabela 5 - Receitas e Despesas da União (1956-1961) (em percentagem do Produto Interno Bruto) .....	39
Tabela 6 - Índices de Crescimento da Energia Elétrica e da Produção Industrial (1956-1961) .....	49
Tabela 7 – Brasil: Plano de Metas, Previsão e Resultados (1957-1961) .....	54
Tabela 8 - IGP - DI (% a.a.) .....	62
Tabela 9 - Brasil: Balanço de pagamentos, 1955-1960 (US\$ milhões) .....	66
Tabela 10 - Dívida Externa Total (1955-1961) em US\$ bilhões .....	67

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>1. CENÁRIO EXTERNO</b> .....	15
1.1. Investimento Direto Estrangeiro .....	15
1.2. Breve histórico e conceito de Empresa Transnacional. Como ocorreu o movimento dessas empresas pelo mundo?.....	16
1.3. Qual o tipo de IDE da economia brasileira no período estudado? Quais países realizam este IDE e em quais setores da economia? .....	22
1.4. Conclusão do capítulo .....	30
<b>2. CENÁRIO IDEOLÓGICO E POLÍTICO</b> .....	33
2.1. A ideologia de Juscelino Kubitschek .....	33
2.2. O projeto político de Juscelino Kubitschek.....	37
2.3. Conclusão do capítulo .....	45
<b>3. CENÁRIO ECONÔMICO INTERNO</b> .....	47
3.1. O Plano de Metas .....	47
3.2. A situação econômica do Brasil antes da adoção do PM .....	54
3.3. A situação econômica do Brasil no período do PM .....	58
3.4. A situação econômica do Brasil após o PM .....	68
3.5. Conclusão do capítulo .....	72
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	75
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	78

## INTRODUÇÃO

As estratégias de desenvolvimento econômico dos países são interesse de muitos estudiosos, principalmente de economias subdesenvolvidas como o Brasil.

O desenvolvimento econômico é um processo histórico de acumulação de capital e de aumento da produtividade por que passa a economia de um país levando ao crescimento sustentado da renda por habitante e à melhoria dos padrões de vida da população dos países (BRESSER PEREIRA, 2006, p. 203).

Segundo Furtado (1972), a acumulação de capital depende do progresso tecnológico, e esse transforma os processos produtivos elevando a produtividade. Assim, compreende-se o porquê de algumas regiões serem subdesenvolvidas, dado que a elevação da produtividade e a mudança nos padrões de consumo precisam estar incorporadas simultaneamente ao progresso tecnológico para que haja desenvolvimento. O progresso tecnológico dos países subdesenvolvidos, como o Brasil, “serviu muito mais para modernizar os hábitos de consumo do que para transformar os processos produtivos” (p. 11).

Caio Prado Jr (1966) considera que um país é caracterizado como subdesenvolvido pela “posição específica que ocupa no sistema capitalista” (p. 192).

[...] ocupam posição periférica e complementar, isto é, uma situação subordinada e dependente que se caracteriza, sobretudo e em primeiro lugar pela atribuição subsidiária que lhes cabe de fornecerem produtos primários aos países centrais do sistema (p. 192).

A mentalidade industrial brasileira surgiu como uma forma de superar o subdesenvolvimento. Pretendia-se “diminuir a dependência externa via industrialização, o que se constituía no grande argumento preconizado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) <sup>1</sup> para atingir o desenvolvimento” (HAFFNER, 2002, p. 09). A estratégia era construir um grande e movimentado mercado interno que acelerasse a atividade econômica do país. Getúlio Vargas foi o precursor em implantar a industrialização pesada no país. Entretanto, foi no governo de Juscelino Kubitschek que este projeto obteve êxito.

---

<sup>1</sup> “Esta instituição teve grande destaque, afinal tratava-se de um órgão internacional criado pelas Nações Unidas, após a II Guerra Mundial, exatamente no ano de 1948, com o objetivo de promover o desenvolvimento latino-americano” (HAFFNER, 2002, p. 19-20).

Em 1956, JK almejava o mais expressivo crescimento e desenvolvimento da economia brasileira, através de um audacioso programa de governo com o lema “Cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo”. Para desempenhar esta finalidade, o governo elaborou várias metas a serem cumpridas em curto prazo. Um planejamento estatal, conhecido como “Plano de Metas”, em que a prioridade era a expansão do setor industrial. Este plano foi elaborado logo que Juscelino Kubitschek chegou à presidência, cinco áreas foram priorizadas: transporte, energia, alimentação, educação e indústria de base e uma meta que se tornou o símbolo do governo, a construção da nova capital federal, Brasília, que foi inaugurada no ano de 1960.

A ideia característica de JK estava centrada na industrialização do país, sendo o capital internacional uma das peças-chave para a realização desse fim. De tal modo, seria de fundamental importância o Investimento Direto Estrangeiro para o sucesso do Plano de Metas. Com a mudança do cenário externo, a partir da Segunda Guerra Mundial, a introdução do IDE nas economias periféricas tornou-se uma realidade, houve um movimento de transnacionalização dos investimentos e o Brasil tornou-se o país favorito da América Latina a recebê-los.

O IDE tem opiniões contraditórias, quando visto pelo prisma do desenvolvimento nacional. Pois, a mobilidade de capital que as Empresas Transnacionais enxergam em uma economia subdesenvolvida transforma o país em alvo de grandes empresas que têm interesses em operações altamente lucrativas, remetendo estes lucros para fora. Diante de uma escassez de divisas, remessas de lucros podem elevar déficit em transações correntes e o país precisar de financiamento externo. Porém, por outro posicionamento, a vinda destas empresas pode trazer benefícios, uma vez que trazem tecnologia para o país. Podem apresentar uma sofisticação à forma de produzir e empreender, servindo de modelo para as empresas nacionais. As ET que vieram para o Brasil nos anos 50 passaram a dominar os setores mais dinâmicos da economia brasileira.

A ideologia de JK e sua forma de governar tornaram possíveis o seu projeto de crescimento da economia brasileira. Mas apesar do sucesso, o acelerado processo de industrialização trouxe várias dificuldades de longo prazo para a economia do Brasil. A forma como JK conduziu o seu Plano gerou muitas críticas.

Considerando que o período de JK trouxe grandes transformações econômicas, políticas e sociais, torna-se relevante analisar o governo, já que o Plano de Metas conseguiu alcançar a maioria dos resultados esperados em tão poucos anos, contando com a participação dos financiamentos internacionais.

O principal objetivo do estudo é analisar o desenvolvimento nacional no período do Plano de Metas destacando a importância do capital internacional e as implicações de sua atuação na economia brasileira, porquanto a pressuposição é que o capital internacional trouxe contribuições consideráveis ao desenvolvimento da economia brasileira, seu elevado incentivo permitiu implantar a industrialização brasileira.

Este trabalho ficará organizado da seguinte forma: Primeiramente será apresentado o cenário externo que identificará o tipo dos movimentos de capitais nos anos 50, em seguida será abordado o cenário ideológico e político no período do Plano de Metas e por fim será exibido o cenário econômico interno que mostrará a situação econômica do Brasil antes, durante e depois do período JK (1950-1964). Nas considerações finais serão apresentadas as conclusões da pesquisa.

## 1. CENÁRIO EXTERNO

### 1.1. Investimento Direto Estrangeiro

O que predomina nos fluxos de capital em meados dos anos 50 é o Investimento Direto Estrangeiro. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o IDE “é uma categoria do investimento internacional que reflete o objetivo de uma entidade residente em uma economia em adquirir, com um interesse duradouro, uma empresa residente em outra economia” (BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, 2015). “No investimento direto, a atividade produtiva é comandada de fora, mas permanece integrada no sistema produtivo local” (FURTADO, 1977, p. 57). Os investimentos estrangeiros podem ser realizados sob a forma de investimentos diretos, que são os investimentos produtivos ou em carteira que consiste nos investimentos especulativos.

O investimento direto é constituído quando o investidor detém 10% ou mais das ações ordinárias ou do direito a voto numa empresa; e considera-se como investimento em carteira quando ele for inferior a 10% (BRASIL. Ministério da Fazenda, 2015).

O IDE é de grande importância para os países, principalmente para os subdesenvolvidos, quando estimula o crescimento econômico do país. Foi o que ocorreu no Brasil na segunda metade dos anos 50. No entanto, o incentivo à entrada de capital internacional acentuou o grau de dependência econômica em relação aos países detentores deste capital.

Em geral, a maior parte dos instrumentos de política governamental (política monetária, política fiscal, política salarial etc.) tem sua eficácia diminuída quanto mais aberta for a economia e quanto maior for o volume dos investimentos estrangeiros (HYMER, 1983, p. 57).

De tal modo, o investimento direto estrangeiro tem posicionamentos contraditórios, quando visto pela ótica do desenvolvimento nacional.

No plano macroeconômico, ao investir, as ET (Empresas Transnacionais) levam um fluxo de financiamento (com moeda de seu país-sede) ao país hospedeiro, o que se configura, teoricamente, em um efeito positivo para essa economia. O país que recebe tal aporte de recursos, todavia, passa a ter obrigações, junto ao exterior, em moeda forte, em razão da remessa de lucros e dividendos das atividades das ET (um efeito negativo). Do ponto de vista produtivo e tecnológico, a mesma situação se repete. Como fato positivo, o país hospedeiro passa a dispor da produção de bens que antes eram inexistentes e/ou acessíveis apenas pelo comércio internacional (RODRIGUES, 2006, p. 1).

Portanto, o IDE tem consequências positivas e negativas nas economias em que atuam. A entrada desse investimento nas economias não é tarefa simples, apresenta inúmeras dificuldades e riscos, portanto o mesmo só direcionará a uma economia se as vantagens compensarem os inconvenientes.

## **1.2. Breve histórico e conceito de Empresa Transnacional. Como ocorreu o movimento dessas empresas pelo mundo?**

Para Furtado (1977), o modo capitalista de produção aprofundou a divisão do trabalho e, conseqüentemente, o avanço da técnica se difundiu em diversos graus por distintas economias, criando condições para a expansão do intercâmbio com outras regiões, e em algumas trouxeram a “dependência externa”. O intercâmbio (forma mercantil), é uma das vias por onde se dá a apropriação do excedente, sendo que, o excedente também pode ser apropriado pela forma autoritária (mediante a coação), no entanto é a forma mercantil que eleva a produtividade e cria condições para a formação do excedente, assim se conclui que as operações de intercâmbio é um tipo de capitalismo.

O excedente utilizado para apropriar outro excedente é um capital, o que nos permite afirmar que toda formação sócio-econômica em que o excedente é predominantemente captado no quadro de operações de intercâmbio pertence ao *genus* capitalismo (p. 33).

Para o autor,

A formação de um excedente e/ou a elevação do nível de vida da massa da população em algum ou na totalidade dos países que envolvem no intercâmbio se dá por causa das transações internacionais. [...] O intercâmbio permitiu aprofundar a divisão social do trabalho e utilizar satisfatoriamente a base de recursos naturais, desenvolvendo o processo de elevação da produtividade nas economias (p. 55-56).

Ainda segundo o autor,

A atividade transnacional é um aprofundamento da divisão do trabalho no sentido de que ela substitui operações internacionais mercantis, ao nível de produtos, por outras, ao nível de recursos produtivos, que obedecem a uma unidade de comando (p. 57).

As Empresas Transnacionais surgiram pela evolução das dimensões de uma empresa. De acordo com Hymer (1983) essas “organizações gigantescas não são algo do novo comércio internacional” (p. 39). O autor utiliza os Estados Unidos como um exemplo dessa evolução empresarial, já que foi nesse território que a forma de

organização da empresa obteve nível superior <sup>2</sup>. Anteriormente, as empresas nos EUA eram controladas por somente um empresário ou um pequeno grupo familiar. Contudo, até o início do século XX, o rápido crescimento da economia agrupou estas pequenas empresas, transformando-as em expressivas empresas nacionais, em que o controle da coordenação se ampliava. Agora havia uma separação de departamentos de tarefas e coordenação para auxiliar no desenvolvimento da empresa como um todo.

O novo tipo de empresa precisaria “inovar continuamente seus bens de produção dado que seria crescente a razão capital-produto” (HYMER, 1983, p. 46). Além disso, deveria introduzir sempre novos produtos no mercado, pois se a empresa estivesse produzindo um único produto a taxa de crescimento da mesma se desaceleraria <sup>3</sup>. Hymer (1983) apresenta a dinâmica da expansão empresarial salientando que “a inovação é coisa normal do capitalismo e os empresários não devem nunca considerar como final a forma existente de um processo” (p. 101). Assim, eles devem sempre “inovar e tentar controlar os canais de comercialização, procurando lugares de mão-de-obra barata” (p. 100).

A nova estrutura administrativa – “as empresas se descentralizavam em várias divisões, cada uma vinculada a uma linha de produtos e caracterizada por um departamento de direção próprio” (p. 46) – e maior poder financeiro permitiu às empresas distribuir seu capital com maior precisão. As grandes empresas norte-americanas começaram a buscar países estrangeiros para conseguirem através do IDE certa hegemonia, seja no controle de matérias-primas, seja no controle da comercialização dos produtos ou ainda prevenir a concorrência.

De acordo com Campos (2009), os EUA foi o principal país a internacionalizar os mercados das economias da Europa Ocidental, que estavam em busca de re-

---

<sup>2</sup> O autor destaca que “sem o sistema de Empresas Transnacionais, o crescimento do capital norte-americano e do capital europeu e japonês seriam frustrados pelo crescimento de novos capitais e de novos socialismos, baseado na produtividade do trabalho mundial” (HYMER, 1983, p. 107).

<sup>3</sup> “A busca da diversificação, que caracteriza a grande empresa moderna, tem sua explicação no desejo de reduzir a instabilidade e de aumentar as chances de crescimento. Assim, as empresas que produzem cobre se interessam naturalmente pelo setor do alumínio, pois toda inovação importante neste último pode repercutir no mercado daquele metal. Se se integram os dois metais num mesmo oligopólio, ampliam-se as possibilidades de planejamento a longo prazo” (FURTADO, 1977, p. 76).

construir suas economias depois do devastador conflito. Deste modo, é com a Segunda Guerra Mundial que se inicia a “internacionalização produtiva”<sup>4</sup> permanecendo até a entrada dos anos 60<sup>5</sup>. O Plano Marshall é um bom exemplo do objetivo dos EUA. O país enviou recursos líquidos para auxiliar na reconstrução da Europa Ocidental e com isso conseguia ingressar nos setores de bens de consumo e bens de capital dessa região.

Com efeito, as economias destruídas pela guerra foram se reconstruindo e absorvendo o padrão de acumulação americano, deixando de lado o risco de um avanço soviético e fortalecendo cada vez mais o capitalismo. Esse segundo conflito mundial fez existir “condições para que o conjunto das economias capitalistas viessem a operar com um certo grau de unidade de comando político, apoiado no esquema unificado de segurança” (FURTADO, 1977, p. 73). Essa expansão do capitalismo exigiu “contínuos déficits dos EUA em conta capital, para permitir o financiamento desses déficits em conta corrente que os demais países tinham com os norte-americanos” (NONNENBERG, 2002, *apud* CAMPOS, 2003, p. 12).

Conseqüentemente, os EUA tomou uma posição de hegemonia, pois possuíam várias vantagens de organização, tecnologia e acesso a capitais. Sem existir contradições de outros países expandiu o padrão americano de controle global por outras nações.

Bretton Woods representou parte desse projeto de hegemonia norte-americana, que teve como um dos objetivos centrais o ajuste das condições econômicas nacionais para o livre trânsito de capitais, pavimentando por meio de instrumentos financeiros internacionais o acesso dos mercados potenciais para a riqueza mundial (CAMPOS, 2009, p. 11-12).

O IDE, foi fator principal para ajudar a construir a hegemonia americana. O objetivo americano, ao ajudar essas economias a se reconstituir era conseguir espaço e controlar os seus mercados internos difundindo o capitalismo.

---

<sup>4</sup> O conceito de internacionalização dos mercados internos pode ser entendido a partir de Hymer (1983).

<sup>5</sup> “Entre 1950 e 1969, o investimento direto no exterior de empresas norte-americanas se expandiu a uma taxa de cerca de 10% ao ano. A esse ritmo duplicou-se em menos de 10 anos [...]” (HYMER, 1983, p. 48).

Deste modo, o movimento do capital estrangeiro aconteceu devido a um conjunto de processos que guardam relações entre si.

1)- a necessidade de ampliação dos espaços territoriais para a acumulação das grandes empresas do centro capitalista, como um meio tático para buscarem novos mercados, substituindo a estratégia puramente comercial pela instalação de plataformas produtivas em territórios nacionais; 2)- o rearranjo institucional que se montou a partir da Segunda Guerra Mundial, através de regras definidas em Bretton Woods, onde se estabeleceram normas gerais para a circulação de capitais e mercadorias no mundo capitalista, assim como o levantamento de recursos para as economias devastadas durante o grande conflito, ao mesmo tempo ampliando os mercados para as empresas norte-americanas; 3)- a nascente rivalidade entre o bloco capitalista, liderado pelos EUA, e o bloco socialista, liderado pela União Soviética, originando zonas de influência política e econômica estritamente demarcadas por espaços nacionais subordinados (CAMPOS, 2003, p. 9).

Quando finalmente recuperadas as economias da Europa e do Japão <sup>6</sup>, essas seguiram o projeto norte-americano “exportando plataformas de produção para a periferia e, no final dos anos 70, para os próprios EUA” (CAMPOS, 2009, p. 12). Juntamente com os EUA, a Europa disputou o espaço produtivo da América Latina. Essa disputa levou os norte-americanos tomarem a decisão de investir diretamente nos países periféricos para não perderem sua primazia <sup>7</sup>. Segundo Hymer (1983), o que leva um país capitalista a se expandir é a pressão competitiva que ele sofre.

As empresas norte-americanas não investiram substancialmente na Europa continental e no Japão em fins da década de quarenta e início da cinquenta, quando possuíam maior influência política. Um esforço maior só foi feito depois do desenvolvimento do Mercado Comum, precisamente quando uma séria concorrência por parte das firmas japonesas acicatou a necessidade de penetrar no Japão (p. 102).

Furtado (1977), conceitua as Empresas Transnacionais como “atividades econômicas que estão organizadas, ao nível da produção, num espaço que compreende vários países, obedecendo a uma unidade de comando” (p. 56-57). Esse tipo de empresa estimula o crescimento de todas as empresas que desse grupo participam, igualmente contribui para fortalecer o poder dos grupos que tem o

---

<sup>6</sup> “Esse fato, combinado com o lento crescimento da economia norte-americana, na década de 1950, alterou a participação mundial nos mercados, à medida que as empresas limitadas ao mercado norte-americano ficaram para trás na corrida da concorrência e perderam terreno frente às empresas europeias e japonesas, que cresciam rapidamente em virtude da expansão de seus mercados” (HYMER, 1983, p. 48).

<sup>7</sup> “Podiam ver frustrada sua própria expansão pela formação de novos capitais em outros países e descobriram que suas vantagens durariam pouco se não se lançassem ao investimento no estrangeiro para preservá-las” (HYMER, 1983, p. 101).

controle da produção. Assim, essa grande corporação consegue defender a sua dominação social, permitindo planejar a sua produção no espaço das várias nações. Então, o atual sistema capitalista tem um processo importante de “integração crescente dos sistemas econômicos nacionais” (p. 77).

Nos anos de 1950 a 1970, vê-se o crescimento dessa integração. Furtado (1977), presumia que os países que não participaram da integração nacional, no período referido, “permanecerão numa situação de dependência que condicionará sua evolução econômica subsequente” (p. 90).

[...] a taxa de crescimento médio anual das economias capitalistas industrializadas foi de 4,7 por cento (no segundo decênio ela alcançou 5,7 por cento) o que significa uma velocidade duas vezes superior a que conheceram estes países no século anterior a 1950. Suas exportações cresceram durante os dois decênios referidos, com uma taxa média anual de 8,6 por cento, e nos anos 60 essa taxa subiu para 10,1 por cento. [...] Caberia acrescentar que o comércio entre países industrializados cresceu ainda mais rapidamente, pois sua participação no total de intercâmbio externo desses países passou de 60 para 77 por cento no período referido (p. 77).

Segundo Hymer (1983), as Empresas Transnacionais se estendem por todo o mundo, mas concentra a organização e o planejamento em seu próprio país. Existe uma estratificação vertical, em que as “funções intelectuais de mais alto nível se concentram no vértice e desaparecem na base e o poder <sup>8</sup> dessa base é debilitado pela divisão espacial do trabalho” (p. 110).

Em Furtado (1977), a divisão social do trabalho é causa da estratificação social, que é entendida como “relações assimétricas entre grupos ou agentes sociais com repercussões significativas nos níveis de consumo dos membros de uma coletividade” (p. 19). O autor avalia o sistema político e econômico mundial pela relação centro-periferia, em que o crescimento do centro faz-se com propagação do aumento da produtividade <sup>9</sup> e na periferia pela concentração de renda. Assim, em suas palavras, é fácil perceber as consequências do atraso no processo de acumulação.

Como a industrialização de um país, qualquer que seja a época em que se realize, molda-se pelo grau de acumulação alcançado nos países que lide-

<sup>8</sup> “Poder é a capacidade que tem um grupo social de forçar a formação de um excedente e/ou dele apropriar-se” (FURTADO, 1977, p. 29).

<sup>9</sup> “Quanto maior a produtividade da força de trabalho, maior é a acumulação capitalista, sendo que a produtividade do trabalho é resultante do progresso tecnológico” (PRADO JR, 1966, p. 216).

ram o progresso técnico, o esforço requerido para dar os primeiros passos tende a crescer com o tempo. Compreende-se, portanto, que, a partir de certo ponto, a possibilidade de optar por um projeto de sistema econômico nacional se haja tornado praticamente nula. É a partir desse momento que cabe falar de uma diferença qualitativa entre capitalismo central e capitalismo periférico (p. 92).

Conforme Hymer (1983) é através das ET que o IDE acontece. O que ocorre é uma revelação de novos produtos ao mundo, através da comercialização dos mesmos, nas principais cidades. Deste modo, “um produto é apresentado primeiro a um grupo selecionado de pessoas que dispõe de renda, [...] e uma vez aceito por esse grupo, é espalhado ou difundido por outros grupos por via da demonstração” (p. 53). Ainda segundo o autor, o que explica a onda de investimento externo nas décadas de 50 e 60 é o desenvolvimento tecnológico das comunicações.

Nos países subdesenvolvidos os investimentos externos encontram oportunidades de grandes perspectivas, o que de fato impulsiona os investimentos externos são as oportunidades de lucros obtidas. E esses lucros devem ser remunerados em moeda internacional. Um dos interesses da internacionalização das economias centrais é que consigam preservarem suas posições. A autonomia que estas economias têm para “combinar-se e concorrer no mercado mundial de capitais lhes permite diversificar seus ativos e escapar à supervisão dos governos nacionais, isto é, ao controle da maioria” (HYMER, 1983, p. 108).

Furtado (1977) avaliava as ET como fortes e poderosas dentro das economias em que elas atuavam, pois os governos tinham pouca coordenação de suas ações.

Os recursos líquidos ou semilíquidos de que dispõem essas grandes empresas, são hoje muito superiores às reservas de todos os bancos centrais do mundo capitalista, particularmente se levarmos em conta que as reservas de ouro não são operacionais. Os recursos transitam pelo mercado financeiro internacional, e que escapam ao poder de quaisquer autoridades monetárias somam centenas de bilhões de dólares. Existe, portanto, uma esfera de decisões que não se confundem com os quadros institucionais controlados pelos Estados Nacionais. Tudo se passa como se houvesse surgido uma nova dimensão no conjunto das decisões econômicas que escapa as formas codificadas de ação dos governos nos planos nacional e internacional (p. 78).

Igualmente, Prado Jr (1966), expõe que o Estado tem uma posição de autoridade com as empresas nacionais, mas quando se trata das ET, o mesmo não consegue coordenar tão facilmente suas ações. O autor argumenta que o “Estado deve-

ria, ele mesmo, realizar diretamente as transações exteriores cujas diretrizes e normas ele impõe hoje aos particulares” (p. 222). Defende a intervenção estatal na qual os objetivos

[...] não poderão ser outros que atender ao problema fundamental dos países subdesenvolvidos, a saber, libertá-los da posição periférica que ocupam no sistema internacional do capitalismo, posição esta onde se encontram os fatores profundos de perturbações de sua vida econômica; e com esse fim reestruturarem sua economia em novas bases nacionais (p. 223).

O governo dos países subdesenvolvidos vê diminuída a sua capacidade de dominar as grandes empresas, da mesma forma que dominam as empresas nacionais.

Ainda de acordo com Prado Jr (1966), no desenvolvimento industrial dos países subdesenvolvidos há uma reprodução da dependência, visto que a industrialização nesses países é assentada na necessidade de substituir com a produção interna, o que não se consegue importar por falta de divisas. Contudo, há uma necessidade de importar equipamentos e produtos semiacabados. A consequência é um desequilíbrio nas contas do país.

Desequilíbrio esse que se corrige unicamente com novas inversões. É efetivamente o que vem ocorrendo na generalidade dos países subdesenvolvidos, pois é somente com o afluxo de novos capitais estrangeiros que eles conseguem fazer frente as suas obrigações no exterior (p. 207-208).

Portanto, a industrialização nos países periféricos possui o condicionante de ter que existir “forte influxo de recursos externos e / ou uma maior concentração da renda” (FURTADO, 1977, p. 95). Por isso, as atividades industriais tendem a ser controladas pelas ET que tenderão a ocupar os setores em que o controle da tecnologia proporciona maiores vantagens.

### **1.3. Qual o tipo de IDE da economia brasileira no período estudado? Quais países realizam este IDE e em quais setores da economia?**

No Brasil, a introdução do Investimento Direto Estrangeiro acontece “desde o século XIX, em que marcadamente estabeleceu-se nos setores de utilidade pública como energia elétrica e transporte ferroviário” (CAMPOS, 2003, p. 13). Contudo, antes da metade dos anos 50 havia insuficientes novos investimentos na economia brasileira, uma vez que o segundo governo de Vargas propagava certo “nacionalis-

mo” que impedia a economia de se internacionalizar. O nível de investimento estrangeiro era baixo quando comparado aos reinvestimentos <sup>10</sup>.

Os reinvestimentos de lucro das empresas estrangeiras aqui instaladas apresentaram um total de US\$ 828 milhões, no período de 1951 a 1966, e entre 1951 e 1954 (segundo Governo Vargas) corresponderam a US\$ 230 milhões desse valor, ou seja, quase 28%, superando, assim, os montantes de investimentos líquidos entrados no mesmo período, os quais representaram apenas US\$ 38 milhões. Essa tendência mudou a partir de 1955, quando os investimentos novos superaram os reinvestimentos, seguindo esse padrão até o ano de 1962 (p. 15-16).

O nacionalismo de Vargas também esteve presente no primeiro projeto da Petrobrás que “buscava associação com a cooperação estrangeira, mas sem prescindir da hierarquia estatal na divisão de tarefas e imposição de metas e prioridades” (CAMPOS, 2009, p. 50) <sup>11</sup>. Igualmente, a questão elétrica, assim como o petróleo, para o governo deveria ser controlada pelo Estado. Todavia, o governo de Vargas não fazia oposição à internacionalização, a pretensão era que o capital internacional fosse subordinado ao Estado. Assim, a conjuntura externa e as restrições internas levaram à falta de financiamento que não permitiu a introdução da industrialização pesada do modo que tencionou Getúlio Vargas.

A frustração dos recursos líquidos públicos que seriam captados por meio da política externa norte-americana, conforme as diretrizes da Comissão Mista Brasil-EUA; a incapacidade de dar resposta a essa negativa, buscando centralizar recursos internos por uma reforma fiscal ousada em termos de um modelo progressivo, além do **desinteresse dos IDEs pelo ingresso no volume desejado**, explicam os limites do projeto industrializante do segundo Vargas (p. 48, grifo nosso).

Após a segunda metade dos anos 50, o Brasil tornou-se o país favorito da América Latina para a chegada do IDE <sup>12</sup> (os novos investimentos superaram os reinvestimentos), principalmente pela infraestrutura que possuía, mas também pelas dimensões de seu mercado interno. Na Tabela 1 vê-se que nos anos de governo JK

<sup>10</sup> Reinvestimento é “a aplicação dos lucros da empresa em suas bases já instaladas” (CAMPOS, 2003, p. 22).

<sup>11</sup> “A Petrobrás ficaria com o monopólio da perfuração de petróleo e de todas as refinarias, ressalvadas as refinarias já existentes que teriam permissão de permanecer sob propriedade particular, e a distribuição dos produtos do petróleo que continuaria em mãos particulares” (SKIDMORE, 1979, p. 128-129).

<sup>12</sup> “Com exceção da Venezuela, que liderava os estoques de recursos externos no continente em virtude da exploração de petróleo pelos EUA. Argentina, Brasil e México foram os mais atraentes” (CAMPOS, 2009, p. 21).

aumenta significativamente o volume de IDE. Houve uma ampliação de setores nunca vistos na economia, como o da indústria automobilística.

A disputa entre os capitais norte-americanos e os capitais europeus pela conquista dos mercados periféricos, mediante a penetração em setores industriais já existentes, ou mesmo na criação de novos, determinaram uma reconhecida expansão industrial no Brasil. Esse desenvolvimento industrial internacionalizado no país, a partir de 1955, resultou na ampliação de setores inéditos na economia, como o da indústria automobilística, que contou com o suporte institucional interno do Plano de Metas (CAMPOS, 2003, p. 24).

**Tabela 1**  
**Investimento Direto Estrangeiro na América Latina**  
**(US\$ Milhões, preços correntes)**

Países	1946-50	1951-55	1956-60	Total Geral
Argentina	-113,8	15,8	828,8	730,8
Bolívia	0,2	3,6	66,2	70,0
Brasil	219,6	350,0	743,0	1.312,6
Colômbia	98,9	12,2	18,7	129,8
Costa Rica	20,9	7,4	15,9	44,2
Chile	41,5	93,9	208,3	343,7
Equador	27,2	19,2	29,6	76,0
El Salvador	0,2	-0,1	0,6	0,7
Guatemala	12,0	-2,0	71,8	81,8
Haiti	4,7	21,1	2,1	27,9
Honduras	24,9	41,4	-12,0	54,3
México	176,9	439,4	423,5	1.039,8
Nicarágua	5,5	9,0	10,3	24,8
Panamá	29,2	27,4	78,9	135,5
Paraguai	9,2	2,2	10,4	21,8
Peru	23,0	170,2	179,2	372,4
Rep. Dominicana	4,4	9,1	20,3	33,8
Uruguai	68,0	40,0	20,0	128,0
Venezuela	1.026,4	366,7	1.550,8	2.943,9
Cuba	9,4	89,0	263,0	361,4
Total	1.688,3	1.715,5	4.529,4	7.933,2

**Fonte:** NACIONES UNIDAS *El Financiamiento externo de América Latina*. Nueva York, p. 1964 *apud* Campos (2009, p. 22).

Determinadas condições locais beneficiaram o avanço da internacionalização do Brasil nessa época, como o “câmbio desvalorizado para importações de bens com similar nacional” (CAMPOS, 2009, p. 55). A proteção interna trazia boa oportunidade para as filiais conseguirem comercializar seus produtos. A concepção dos novos setores durante o Plano de Metas foi amparada pela Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), implantada no governo de Café Filho, esta autorizava a Carteira de Comércio Exterior (CACEX) a emitir licenças de importação de equipamentos que não possuíam cobertura cambial <sup>13</sup>. As importações entravam no país sob a forma de IDE.

O objetivo era “aumentar a importação de bens de capital sem desequilibrar demais o balanço de pagamentos, e promover, dessa forma, a modernização rápida da indústria nacional” (TAVARES et al., 2010, p. 52). JK continuou em seu governo com a Instrução 113, já que ela permitia a entrada de investimentos estrangeiros no país <sup>14</sup>. Pode-se ver na Tabela 2 o volume do estoque de IDE via Instrução 113 da SUMOC e na Tabela 3 como estes investimentos internacionais se concentraram em setores específicos da indústria.

---

<sup>13</sup> “Quando não há remessa de divisas do exterior para pagamento da mercadoria” (BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, 2015).

<sup>14</sup> “Somente as empresas estrangeiras associadas às nacionais poderiam obter estes benefícios, enquanto as empresas nacionais, de forma independente, não poderiam fazer uso deste tipo de regalia” (HAFFNER, 2002, p. 58).

Tabela 2

**Estoque de Investimento Direto Estrangeiro via Instrução 113 - (1955-1959)**

<b>Países</b>	<b>US\$ Milhões</b>	<b>Porcentagem</b>
EUA	192,50	48,80%
Alemanha	73,20	17,80%
Suíça	27,00	6,00%
França	17,60	4,10%
Inglaterra	16,10	3,90%
Itália	11,20	3,50%
Outros países europeus	19,10	6,20%
Canadá	10,60	2,70%
Outros países americanos	11,40	2,90%
Japão	15,90	4,00%
Outros países orientais	1,10	0,30%
<b>Total</b>	<b>395,70</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Serviço Banas, Brasil, 1959/60 a partir de Lima (1976, p. 401) *apud* Campos (2003, p. 26).

Tabela 3

**Setores de Aplicação do IDE via Instrução 113 - (1955-1966)**

<b>Setores de Atividades</b>	<b>US\$ Milhões</b>	<b>Porcentagem</b>
Não-manufatureiro	1,70	0,43
Serviços públicos	0,30	0,08
Mineração	14,20	3,59
Siderurgia-metalurgia	41,80	10,56
Máquinas-automóveis	213,30	53,90
Material de construção	9,10	2,30
Têxtil	17,90	4,52
Química-farmacêutica	41,50	10,49
Madeira-borracha	26,60	6,72
Papel	11,00	2,78
Alimentos	11,40	2,88
Diversos	2,00	0,51
Plásticos	4,90	1,24
<b>Total</b>	<b>365,70</b>	<b>100,00</b>

**Fonte:** Serviço Banas, Brasil, 1959/60 a partir de Lima (1976, p. 402) *apud* Campos (2003, p. 27).

O sistema produtivo era conectado à matriz e feito de forma “departamentalizada, sendo a matriz responsável pelo gerenciamento financeiro e de Pesquisa e Desenvolvimento” (CAMPOS, 2009, p. 16).

O Investimento Direto Estrangeiro entrava nos países auxiliando no processo do avanço da industrialização. Logo, a origem dos lucros das filiais era dependente do desenvolvimento das forças produtivas internas. A América Latina recebeu grande parte destes IDE que vinham dos EUA e também da Europa <sup>15</sup>. O Brasil foi o principal destino de muitas Empresas Transnacionais nas décadas de 50 e 60, pois oferecia a infraestrutura e as exigências do capital produtivo internacional <sup>16</sup>. Os dados dos IDEs vindos dos EUA são claros, todavia o capital europeu teve participação fundamental na industrialização pesada brasileira. Nos dados inseridos no trabalho de Campos (2003), nota-se que a disputa foi significativa.

A média anual de investimentos diretos de origem norte-americana entre 1955 e 1966 foi de 44,16%, enquanto a Europa Ocidental somou 48,96%. Se restringirmos o período de maior afluxo de capitais, durante a vigência do Plano de Metas (1956-1961), as médias se distanciam ainda mais, uma vez que os EUA contribuíram com 40,6%, enquanto a Europa apresentou uma média anual de 49,12% (p. 22).

Nos anos de 1955 a maioria do IDE se encontrava em setores energia elétrica, petróleo e bancos.

O IDE na indústria somou 80%, sendo o setor de serviços responsável por 19%, e o restante apenas por 2%". Os setores que lideraram a atração do IDE foram o de "transporte (18%), química (16%), metal-mecânica (9%), eletroeletrônicos (7%); seguidos por consultorias (7%), comércio (5%) e farmacêuticos (4%)" (p. 58).

---

<sup>15</sup> De acordo com Campos (2009) "o capital produtivo internacional se instalou na América Latina porque as Empresas Transnacionais no setor de matérias-primas que procuravam o Oriente Médio sofreram um recuo com a queda dos preços internacionais das *commodities*, não sendo substituídas pelas do setor de manufaturados, visto que estas não encontravam nessas regiões uma infraestrutura mínima e um mercado consumidor potencial capaz de sustentar suas atividades, como havia na América Latina; Outra razão da preferência pelos mercados latino-americanos foi a posição de hostilidade ao IDE por parte do socialismo no leste europeu e na Ásia – além do processo de descolonização na Ásia e na África, havia também as fortes restrições ao ingresso de capital internacional no Japão; Do ponto de vista das organizações oligopolistas, o deslocamento de suas estruturas industriais para a América Latina tornava-se mais compatível à defesa de posições estratégicas e à consolidação de mercados que já eram explorados comercialmente" (p. 21).

<sup>16</sup> "exigiam, além de um marco institucional relativamente liberal para suas transferências externas de capitais, um regime cambial capaz de facilitar a importação de bens de capital e de saldar suas obrigações financeiras com as matrizes. Exigiam também proteção tarifária e o controle das importações de bens de consumo similares aos produzidos internamente como forma de conquistarem reservas de mercado; e ainda buscavam recursos líquidos internos a taxas de juros reduzidas, com amortizações alongadas nos bancos comerciais locais" (CAMPOS, 2009, p. 22-23).

Na Tabela 4 verificam-se os setores em que os recursos externos se instalaram na América Latina conforme sua origem, sendo o capital norte-americano a única referência disponível.

Tabela 4  
**Investimento Direto Estrangeiro Norte-Americano – Setor e Destino**  
**(1967 - US\$ Milhões)**

Países	Setores de Manufaturados						
	Alimentos	Química	Metais	Maquinaria	Transporte	Outros	Total
Brasil	58	99	28	142	104	172	603
México	109	268	95	188	114	211	985
Argentina	58	139	30	81	121	107	536
Venezuela	24	68	14	28	s/d	s/d	288
Panamá	3	24	s/d	-	-	9	48
Peru	40	22	9	-	s/d	s/d	140
Colômbia	16	73	s/d	25	s/d	77	191
Chile	10	15	6	3	3	19	56

**Fonte:** SOURROUILLE, *op. cit.*, 1984 *apud* Campos (2009, p. 23).

No período do governo de Juscelino Kubistchek, o IDE encontrava-se predominantemente em mercadorias (bens de produção e intermediários) que originavam de empresas europeias, principalmente alemãs, além do setor automobilístico, bastante importante.

A Alemanha Ocidental, recuperada como potência econômica, destinou-lhe [Brasil], entre 1951 e 1961, a maior parcela do total dos seus investimentos no exterior (17,6%), cerca de 598 milhões de marcos, grande parte durante o Governo Kubitschek. Isto fortaleceu, sem dúvida, a área de resistência aos Estados Unidos e acirrou a luta interimperialista, engendrando inúmeras contradições no quadro brasileiro, tanto econômico quanto político. Mas o *rush* dos capitais europeus, os alemães liderando, foi igualmente um dos fatores que impeliram os Estados Unidos a incrementar os investimentos na indústria brasileira, a partir de 1956, para manterem e consolidarem a sua hegemonia (BANDEIRA, 1978, p. 392 *apud* CAMPOS, 2009, p. 20).

Segundo Campos (2009), o IDE norte-americano ingressou na América Latina desde o início do século XX. Contudo, a maioria dos investimentos estava vinculada

aos setores de exploração em recursos naturais, somente com a chegada dos capitais europeus para produção, que os EUA predominaram ainda mais no continente latino-americano.

Diferentemente do governo de Vargas, JK buscou um caminho de menor oposição para o financiamento da industrialização pretendida. Ainda segundo o autor, JK uniu-se aos “[...] dispositivos externos sem impor uma centralização estatal que condicionasse a internacionalização às necessidades gerais da sociedade brasileira” (p. 81). Colocou em prática um sistema de financiamento inflacionário que agradava a classe empresarial. Dado que, na ausência de instituições financeiras, esta era a solução que permitia o acesso aos recursos necessários para financiar seus investimentos, conforme afirma Lessa (1981). Além disso, o governo teve dificuldade em sobrepor seus interesses sobre os interesses do capital internacional.

Havia no Plano de Metas, entretanto, um tipo de planejamento que mesmo capaz de orientar e definir áreas de expansão ao setor privado não tinha pretensão de se impor contrariamente aos seus interesses em favor de uma maior centralização pública do processo (p. 62).

Como citado anteriormente, para se instalar nos países latino-americanos o capital produtivo fazia várias exigências. Exigia “proteção tarifária e o controle das importações de bens de consumo similares aos produzidos internamente como forma de conquistarem reservas de mercado” (CAMPOS, 2009, p. 22)<sup>17</sup>, ainda, demandava mobilidade de capitais, além de outras requisições. O que deixava evidente a estrutura incerta e o caráter especulativo das economias periféricas. Contudo, a continuação desse capital no país dependia da “capacidade de o mercado interno remunerar os lucros das Empresas Transnacionais conforme o custo-benefício de mover IDE para zonas periféricas” (CAMPOS, 2003, p. 24).

De acordo com Prado Jr (1966), os países subdesenvolvidos, por dependerem dos investimentos externos, são colocados em “posição de nítida inferioridade”, por não conseguirem ganhar a concorrência com o estrangeiro. Essa posição é aceita como um fado, e não há nada que se possa fazer para mudar isso. Com efeito, “elimina-se o principal fator progressista do capitalismo: a luta econômica” (PRADO

---

<sup>17</sup> “Dado que, o que estimula as importações é a expansão do mercado interno, assim cresce a concorrência do mercado interno com o externo anteriormente exclusivo” (PRADO JR, 1966, p. 195-196).

JR, 1966, p. 211). Em razão de os países subdesenvolvidos não se empenharem em ganhar a concorrência com os países desenvolvidos, dando a eles a posição de superioridade.

Para Hymer (1983), a expansão das ET levará a uma mudança global, pois “[...] teremos uma economia mundial em que os principais setores estarão dominados por umas poucas empresas gigantescas que concorrem por meio de propaganda e inovação” (p. 112). De tal modo, os estilos de vida dos países subdesenvolvidos serão influenciados pelos países desenvolvidos, esse estilo se difundirá para o resto do mundo, “em um ciclo contínuo de inovação e difusão, adequadamente chamando por Shumpeter de destruição criadora” (p.112-113). Há um aumento da necessidade de consumir e os meios para satisfazer essa precisão. Essa transformação acarretará um problema de contradição entre pobreza e riqueza. O autor propõe que os países subdesenvolvidos não sigam o estilo de vida dos países desenvolvidos e sim que procurem produzir seus próprios produtos, sem precisar recorrer às ET, ou seja, que os países subdesenvolvidos tenham seu estilo de vida particular.

#### **1.4. Conclusão do capítulo**

Com esse capítulo conclui-se a importância que o Investimento Direto Estrangeiro teve em todo o mundo, pois através do IDE houve uma expansão da presença global das grandes empresas. A integração das economias mundiais permite que aconteçam transformações políticas, econômicas e culturais dos países.

Os países desenvolvidos interessam-se pela internacionalização de suas economias para manter sua posição hegemônica no mundo, principalmente dentro das economias subdesenvolvidas, pois é nesse espaço que as ET encontram a disponibilidade de mão-de-obra barata, fator que influencia na decisão das empresas. Assim, o IDE é um meio pelo qual as economias se internacionalizam. Uma empresa investe de forma permanente em uma empresa de outro país com a perspectiva de obter lucros cada vez maiores.

Como foi colocado no desenvolvimento do capítulo, o investimento estrangeiro também pode ser efetuado sob a forma especulativa, porém, este tipo de investimento geralmente vem para o país aproveitar dos juros altos, requerendo lucro rápi-

do, já o investimento direto pode auxiliar no desenvolvimento das economias, por resultar de decisões de longo prazo.

Na obra de Hymer (1983), o autor afirma que as ET permitiram a hegemonia que o capital americano e europeu tem hoje, visto que as ET procuram as melhores vantagens para ganhar a luta concorrencial. Essa concorrência põe as economias subdesenvolvidas em posição inferior, que aos olhos de Prado Jr (1966) faz com que essas economias aceitem essa posição sem grandes questionamentos, deixando que se desfaça a luta econômica que é o principal fator progressista do capitalismo.

Portanto, o IDE institui elemento importante para as economias desenvolvidas e subdesenvolvidas. Quando visto pelo prisma das economias desenvolvidas, este investimento acarreta ganhos incalculáveis, mesmo com os inconvenientes que essas economias encontram nos países em que vão investir. Da mesma forma, as economias subdesenvolvidas ganham com a entrada de IDE, já que estimula o crescimento econômico do país, traz novas tecnologias, muitas vezes melhora a infraestrutura, gera empregos, etc.

O Brasil foi o país que mais recebeu investimento direto estrangeiro de toda a América Latina, principalmente no período de Juscelino Kubitschek. O então presidente pôs em prática seu plano de desenvolvimento estimulando à vinda do capital internacional para o país, transformando a economia brasileira em dependente do capital externo. Ao mesmo tempo, esse capital contribuiu para que ocorresse a industrialização pesada no país. Getúlio Vargas também tencionou uma industrialização pesada, mas não a conseguiu do modo que planejou, porque não impulsionou a entrada do capital estrangeiro e faltou financiamento. Com isso, o que se pode concluir e Prado Jr (1966) deixou claro em sua obra, é que os países subdesenvolvidos dependem de contínuos e crescentes investimentos estrangeiros para crescer.

Finalmente, é interessante, importante e faz-se necessário analisar o cenário externo, visto que foi a partir da Segunda Guerra Mundial que as economias centrais viram a necessidade de espalhar o IDE nas economias subdesenvolvidas, as ET tiveram papel importante nesta disseminação. Há várias visões quanto ao ingresso do IDE nas economias mundiais, mas é nas economias subdesenvolvidas que este

estudo torna-se relevante, pelo fato de estimular o crescimento econômico do país. Foi o que ocorreu no período do Plano de Metas, devido à ideologia e o projeto político de Juscelino Kubitschek que será analisado posteriormente e também por trazer uma dependência das economias externas difícil de ser revertida.

## 2. CENÁRIO IDEOLÓGICO E POLÍTICO

### 2.1. A ideologia de Juscelino Kubitschek

Filho da cidade de Diamantina, em Minas Gerais, Juscelino Kubitschek de Oliveira, nasceu em 12 de setembro de 1902. Em 1914, ingressou no seminário diocesano e, não sentindo vocação para o sacerdócio, aos 15 anos de idade abandonou o seminário. Estudou Medicina e atuou como médico até a década de 1940, depois ingressou na carreira política, sendo Deputado Federal de Minas Gerais (1935/1937) e também em (1946/1950). Ainda, foi nomeado prefeito de Belo Horizonte (1940/1945) e em seguida governador de Minas Gerais (1951/1955). Finalmente em 31 de janeiro de 1956 assumiu a Presidência da República. (BRASIL. Biblioteca da Presidência da República, 2015).

A fórmula de desenvolvimento econômico de JK seguiu o nacional-desenvolvimentismo. Ideologicamente, a prioridade de JK ao assumir a presidência do Brasil era o desenvolvimento econômico do país.

Juscelino pensava que a industrialização era um dever a ser cumprido, uma necessidade, um caminho irreversível, porque dela dependia o mercado nacional e suas exportações e o crescimento do país (HAFFNER, 2002, p. 56).

De acordo com Cardoso (1977), o presidente enxergava que somente a industrialização traria progresso econômico que resultaria na elevação do nível de vida da sociedade, pois o desenvolvimento econômico conseguiria anular a pobreza, com isso o subdesenvolvimento poderia ser superado.

Não somos subdesenvolvidos porque devêssemos sê-lo ou porque não tenhamos condição de deixar de sê-lo. Diante da técnica moderna, as barreiras existentes, no que diz respeito a recursos ou a produtividade, são perfeitamente transponíveis, e cada vez mais facilmente. Indispensável é se dispor a realizar o esforço para alcançá-la (p. 79).

O objetivo do desenvolvimento econômico era melhorar o padrão de vida da população. “JK tinha o entusiasmo como a sua principal arma [...] sua estratégia básica era pressionar pela rápida industrialização, tentando convencer a cada grupo do poder que teriam alguma coisa a ganhar ou, então, nada a perder” (SKIDMORE, 1979, p. 208).

Foi no governo de Juscelino Kubitschek, que se “consagrou o vocábulo desenvolvimentismo; antes se falava em fomento e em fomentar o desenvolvimento” (BENEVIDES, 2002, p. 35).

A corrente desenvolvimentista surgiu no período entre 1930 e 1945, decorrente do crescimento do nacionalismo da oposição às ideias liberais e da percepção da necessidade de uma industrialização orientada pelo Estado. [...] No final dos anos 1950 e início dos anos 1960, essa corrente mudou seu discurso, adotando um viés mais nacionalista. Apoiava agora uma ampla regulação do capital estrangeiro; a orientação desses para áreas menos desenvolvidas do país [...] (CAPUTO, 2007, p. 20).

Conforme Skidmore (1979), a estratégia de desenvolvimento “desenvolvimentista-nacionalista” estava em fase preliminar em 1950. Os defensores desta estratégia supunham que o Brasil necessitava de uma imprescindível industrialização, em que o setor privado recebia novos incentivos e o Estado interviria mais diretamente, através das empresas estatais nas áreas em que o setor privado não tivesse condições de atuar. Além disso, o capital privado estrangeiro era de grande importância, mas seria regulamentado pelas autoridades brasileiras.

Segundo Cardoso (1977), JK via no desenvolvimento a prosperidade do país que deveria estar “associado à paz (como ordem) e à grandeza (como destino)” (p. 80). Assim a prosperidade e ordem, unidos, constituiriam o conceito de soberania e somente os países democráticos que poderiam exercer completamente sua soberania. Porém, a riqueza também era condição da soberania, logo, a “grande distinção entre desenvolvidos e subdesenvolvidos era apenas a função da riqueza” (p. 82).

De tal modo, “a proposta desenvolvimentista era mudar, dentro da ordem, para manter a ordem” <sup>18</sup> (CARDOSO, 2013, p. 211), já que um país desordenado não estimula e nem encoraja outros países a participar do desenvolvimento. O que JK queria dizer era que os investimentos não entrariam em um país caótico, cujos riscos eram altos, devia existir um ambiente de confiança para mobilizar investidores. Desse modo, o discurso sempre enfatizava o lado econômico, pois o objetivo era sempre o crescimento econômico, mas para crescer precisaria de capital, era o que o Brasil

---

<sup>18</sup> JK via a pobreza como um problema econômico que originaria um perigo político, a subversão. “Juscelino acreditava tão firmemente na tese que apontava a pobreza como origem dos movimentos contrários à ordem, que não via solução possível para eles fora do desenvolvimento” (CARDOSO, 1977, p. 128). Mas a ordem também era fundamental para o seu exercício político.

não possuía o suficiente, somente através de política e planejamento econômico se conseguiria alcançar essa finalidade.

JK sempre direcionava seus sistemas de ideias para o rumo econômico, o próprio conceito de segurança seguia o caminho econômico, pois “somente o desenvolvimento poderia garantir a segurança das instituições democráticas” (CARDOSO, 1977, p. 121). Assim sendo, era coerente para o sistema promovê-lo. Ainda segundo a autora, a promoção do desenvolvimento contaria com o auxílio dos países desenvolvidos, visto que assim conseguiriam manter-se na sua posição de dominante, pois haveria uma “fidelidade ideológico-política” dos países subdesenvolvidos para com os desenvolvidos. Fornecer a segurança de uma nação era para JK responsabilidade também dos países que faziam parte do mesmo sistema econômico.

Dito isto, JK evidenciava que a formação do bloco capitalista se deu por causa da ameaça da expansão socialista. Assim, a segurança era objetivo de todos aqueles que integravam o capitalismo, sobretudo daqueles que estavam em torno de sua potência principal, os Estados Unidos <sup>19</sup>.

[...] não há maior perigo para o sistema democrático, fundado na liberdade humana, do que a estagnação, o atraso, a predeterminação de povos para missões no mundo: serem alguns desenvolvidos, prósperos, condutores, e estarem outros condenados à lentidão, à morosidade, à tristeza das retaguardas características (Discurso - JK, 1959, 487, p.191 *apud* CARDOSO, 1977, p. 121).

“A ideologia do desenvolvimento nacional diz que deve reduzir ao mínimo a probabilidade de que o desenvolvimento do país seja entorpecido por decisões tomadas de fora” (FURTADO, 1961, p. 236). Conforme exhibe Cardoso (1977), JK rebatia a questão da problemática do nacionalismo em relação ao capital estrangeiro, argumentando que o Brasil não era mais uma nação colonizável e nem deixaríamos nos colonizarmos se colocássemos em discussão com o estrangeiro as nossas necessidades e prioridades. Para JK, “o nacionalismo que se preza, o nacionalismo a favor e não contra a Nação precisa crer que ninguém é bastante forte para desviar o

---

<sup>19</sup> “Com a nação líder do hemisfério ocidental, temos, além do fator de identificação ideológica, outro de natureza geográfica. Nossa proximidade é não apenas moral, mas também física: formamos um só continente” (CARDOSO, 1977, p. 125).

Brasil do seu caminho” (Discurso - JK, 1957, 73, p. 33 *apud* CARDOSO, 1977, p. 159). Na verdade “para o desenvolvimentismo, o que inferioriza e humilha uma nação é, pois, a sua pobreza” (p. 158).

Acreditar na possibilidade de sermos escravizados por influências do dinheiro estrangeiro é o mesmo que concluir pela nossa fragilidade, pela nossa anemia completa e irremediável, é ofensa à nossa personalidade nacional e ao nosso caráter de povo formado (Discurso - JK, 1957, 71-72, p.33 *apud* CARDOSO, 1977, p. 140).

O nacionalismo de JK não se opunha ao estrangeiro, pois para ele somente assim a nação iria se desenvolver, enriquecer e ser respeitada. Seu nacionalismo tinha ideologia econômica, mas “guardava um caráter político, na medida em que, reduzindo a miséria, acaba com o que julga ser a origem principal da subversão” (CARDOSO, 1977, p. 162).

O puro e nobre e inteligente nacionalismo não se confunde com xenofobia. Da mesma maneira que a independência política de uma nação não significa isolamento dentro das próprias fronteiras ou hostilidade aos demais povos – assim também o nacionalismo não significa animosidade contra os estrangeiros, nem a recusa aos intercâmbios econômicos ou relações financeiras com os países mais ricos em dinheiro ou mais favorecidos em valores econômicos (Discurso - JK, 1956, 720, p. 234 *apud* CARDOSO, 1977, p. 158).

A ideologia de JK ficava centrada no “nacional-desenvolvimentismo”, mas seu nacionalismo se caracterizava de uma forma diferente, pois “buscava o desenvolvimento do país pela via da industrialização, independentemente que para isso seja necessário o forte aporte de capitais estrangeiros” (CAMPOS, 2007, p. 107). Tanto que estimulou, de todas as formas, a política de colaboração internacional. Conforme Cardoso (1977), a preocupação do governo de JK encontrava-se na industrialização do país, pois para ele, quando esta acontecesse, viriam a riqueza e a prosperidade que atingiriam a sociedade como um todo. JK colocava as relações dos países subdesenvolvidos com os países desenvolvidos “como sendo indispensável para o processo de desenvolvimento [...]. Colocava a cooperação internacional como peça-chave na consecução dos objetivos de progresso e bem-estar” (CARDOSO, 1977, p. 137).

Finalmente, não há dúvidas que o governo de Juscelino Kubitschek entrou para a história do Brasil devido ao seu famoso e ousado plano de desenvolver o país cinquenta anos em cinco anos de governo. Buscou-se o crescimento econômico a todo o custo para superar o estado de atraso da economia brasileira e obteve um

crescimento econômico legítimo e marcante <sup>20</sup>. Em concordância com Skidmore (1979), pode se dizer que a ideologia de JK muito contribuiu para isso, suas improvisações, não só no campo econômico como no estilo político e ainda na vida institucional. Ele sempre evitava conflitos com seus opositores, tanto que não alterou nenhuma instituição administrativa existente, preferia criar novo órgão para solucionar problemas, era um grande articulador.

## **2.2. O projeto político de Juscelino Kubitschek**

Na década de 1950 surgiram dois presidentes interessados em implantar no Brasil um projeto de desenvolvimento econômico. Iniciou-se com Getúlio Vargas e logo depois veio Juscelino Kubitschek. Deste modo, a política de desenvolvimento econômico do Brasil através da industrialização teve duas fases hegemônicas, segundo Lessa (1981). A primeira fase designa de “primeira aproximação a política de desenvolvimento”, que se inicia em 1951 e estende até a segunda metade de 1954. A segunda fase começa na metade dos anos 50, com o audacioso Plano de Metas. Esta segunda etapa tem a continuidade das ideias de Vargas. “Certamente, vários conceitos foram modificados, mas no que se refere ao pensamento desenvolvimentista, este conseguiu ser mantido pelo novo governante” (HAFFNER, 2002, p. 24).

“O pragmatismo instrumental de que está impregnado o Plano de Metas encontra suas origens em providências assumidas na primeira metade dos anos 50” (LESSA, 1981, p. 13) <sup>21</sup>. Novamente, conforme Lessa (1981), determinados elementos nortearam à política econômica para o desenvolvimento industrial, como a Guerra da Coréia, que impôs a necessidade de diversificar a indústria para diminuir a vulnerabilidade da economia, caso o setor industrial sofresse restrições às importações; a pressão por melhora no binômio energia-transporte; a criação, em 1952, do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE, hoje BNDES) com o objetivo de

---

<sup>20</sup> “A perspectiva de Juscelino, todavia, é sempre a de colocar, por parte do seu governo, a aceitação do desenvolvimento, ainda que com instabilidade, mesmo porque o desenvolvimento dos países sub-desenvolvidos é um processo de rompimento de uma estabilidade indesejável” (CARDOSO, 1977, p. 174-175).

<sup>21</sup> No “primeiro conjunto de metas (energia-transporte), deve-se ter presente que o Plano de Metas nada mais era que uma ampliação e consolidação de programas iniciados na primeira metade da década” (LESSA, 1981, p. 30).

orientar as atividades industriais; a reforma cambial de 1953 <sup>22</sup> e também a criação da Petrobrás, em 1954 <sup>23</sup>.

No dossiê sobre Os anos JK do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, esclarece-se que outros elementos com caráter setorial ou regional também auxiliaram a orientação da política econômica para à industrialização.

[...] como o Plano Nacional do Carvão, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, o Banco do Nordeste, que visavam o mesmo objetivo de promover o desenvolvimento econômico a partir do dirigismo estatal (FGV/CPDOC, 2015).

Getúlio Vargas foi também quem visualizou a necessidade de uma mudança na exportação brasileira que era baseada em produtos primários, a transformação seria necessária para o país alcançar o crescimento desejado e “acompanhar a tendência mundial do pós-guerra” (HAFFNER, 2002, p. 25).

Foi este governante que teve a ampla visão de que o mundo era outro, totalmente diferente do período anterior à guerra, e que quem não mudasse a forma de encará-lo não poderia acompanhar o rumo dos acontecimentos mundiais do pós-guerra. Era imperativo para o país uma mudança no padrão comercial e industrial para atender às necessidades internas e externas (p. 25).

Do ponto de vista de Vargas e JK, “a industrialização era um caminho irreversível, visto as tendências mundiais da época” (HAFFNER, 2002, p. 81). As ideias de Vargas e também de JK estavam influenciadas pela CEPAL, em que as mudanças vindas através da industrialização gerariam maior autonomia nacional e melhoraria as condições de vida dos cidadãos. Em concordância com Furtado (1961), “atribui-se, grande importância à **autonomia na capacidade de decisão**, sem a qual não pode haver uma autêntica política de desenvolvimento” (p. 236, grifo nosso).

Juscelino Kubitschek, dando andamento aos projetos inacabados de Vargas, colocou em prática o Plano de Metas. O governo estabeleceu um conjunto de objeti-

<sup>22</sup> “A partir de fins de 1953 foram introduzidas progressivas modificações no sistema cambial visando a reduzir o subsídio implícito às importações. Pode-se, então perceber o profundo desequilíbrio que se introduzira no sistema econômico à falta de uma orientação dos investimentos. Simplesmente para manter operando as indústrias instaladas no país necessitar-se-ia de um volume de importações muito superior à capacidade para importar” (FURTADO, 1961, p. 230-231).

<sup>23</sup> Ver Furtado (1961, p. 235-236).

vos, para dar “resposta ao quadro de tensões <sup>24</sup>” em que se encontrava o país. “A estabilidade passa a ser problema secundário, importa o desenvolvimento e a sustentação da atividade econômica” (LESSA, 1981, p. 26). O déficit público era um problema crônico que Vargas já enfrentava em seu governo, mas no período de JK, as despesas do governo foram aumentando. “O déficit público lhe valeu muitas críticas e dificuldades em obter financiamento para continuar os seus projetos” (HAFFNER, 2002, p. 95). A Tabela 5 mostra o problema enfrentado por JK.

Tabela 5

**Receitas e Despesas da União (1956- 1961) (em percentagem do Produto Interno Bruto)**

Ano	Receitas	Despesas
56	8,3	12,2
57	8,1	11,2
58	8,9	11,3
59	8,8	11,1
60	9,2	12,4
61	9,0	12,9

**Fonte:** Fassy (1991, p. 141) *apud* Haffner (2002, p. 95).

Conforme Cardoso (1977), para aumentar a atividade econômica e gerar capital nacional era preciso aumentar a rentabilidade das exportações, pois o Brasil sendo uma economia primário-exportadora deveria exportar uma quantidade sempre crescente para a compra da mesma quantidade de produtos manufaturados. Porque, é pela exportação que se consegue recursos para adquirir os equipamentos e as matérias-primas necessários à industrialização <sup>25</sup>. Contudo, aumentar as exportações é tarefa complicada de se executar. Portanto, precisava-se do capital estran-

<sup>24</sup> “A partir de 1949 reativa-se a alta interna de preços. [...] observa a brusca elevação da taxa de inflação de 6,4% em 1948/49 para 14,9% em 1953, taxa essa que será mantida e superada até o final da década” (LESSA, 1981, p. 23-24).

“Assumira a presidência após crises tremendas, o suicídio de Getúlio, a traição do vice Café Filho, a “novembrada”, com golpes e contragolpes, a rebelião da Aeronáutica Lacerdistas, o estado de sítio, etc.” (BENEVIDES, 2002, p. 40).

<sup>25</sup> Assim, a industrialização era necessária como “um meio indispensável para conseguir um alto ritmo de aumento da renda e da produtividade, para evitar a deterioração dos termos de troca [...]” (HAFFNER, 2002, p. 68).

geiro. O governo então estimula que o investimento estrangeiro entre no país, pois para que o capital estrangeiro venha, “ele deve ter uma expectativa que compense o seu deslocamento”<sup>26</sup>.

Com todas estas facilidades que foram dadas ao capital estrangeiro, tanto em termos da entrada de capital, nas remessas de lucros, como na sustentação política para estas iniciativas, verifica-se que concretamente, entre os anos de 56-61, cresceram os investimentos privados norte-americanos, alemães, japoneses e de outros países no Brasil, como de outras fontes internacionais de financiamento, destacando-se os empréstimos do FMI (HAFFNER, 2002, p. 92).

A conjuntura política do ano 1955 apresentava conflitos, principalmente pelo desfecho trágico do governo de Vargas<sup>27</sup>. Café Filho como vice-presidente, assumiu o cargo de presidente. A eleição presidencial ocorreu neste mesmo ano. Segundo Skidmore (1979), Juscelino Kubitschek foi escolhido pelo PSD, sendo o primeiro partido a escolher seu candidato. O novo presidente teria que ter pulso firme para governar o país diante de um cenário político instável, em que duas correntes confrontavam entre si.

O varguismo, que ganhou novo alento com o gesto de Getúlio, e a oposição capitaneada pela União Democrática Nacional (UDN), que havia sido alcançada ao poder e não dava mostra de querer deixá-lo (FGV/CPDOC, 2015).

Para que a política econômica de JK tivesse êxito era necessário que ele conseguisse estabilidade política, para isto eram necessárias alianças políticas que reunissem os mais variados interesses. Para tanto, em abril de 1955, a aliança eleitoral foi celebrada - Kubitschek para presidente e João Goulart para vice-presidente, uma combinação de poderes, PSD e PTB.

(...) ao lado de uma posição inovadora quanto à industrialização e ao crescimento econômico – uma aliança política conservadora, que reunia os interesses da burguesia comercial, da oligarquia rural e da classe média tradicional, representadas nos partidos PSD (Partido Social Democrático) e PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Essa composição de forças significava o apoio da industrialização modernizadora, aliada à manutenção da 'paz e

---

<sup>26</sup> Assim, o governo de JK concedeu ao capital estrangeiro incentivos, dando “ampla liberdade à transferência de lucros e dividendos de inversões diretas, pelo mercado livre de câmbio, ou de juros e amortizações de empréstimos de particulares a particulares, Além disso, asseguram-se estímulos fiscais, prioridade de cobertura e taxa mais favorável de câmbio aos financiamentos que concorrem para fortalecer a nossa infraestrutura econômica, máxime os aplicados em regiões menos desenvolvidas” (JK – Mensagem, 1960, p. 73 *apud* CARDOSO, 1977, p. 145).

<sup>27</sup> Suicídio do presidente Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954.

tranquilidade' no campo; a criação de empregos e a mobilização do voto urbano, e o controle sobre as reivindicações sindicais (BENEVIDES, 1991, p. 12-13 *apud* HAFFNER, 2002, p. 56).

Segundo Skidmore (1979), JK venceu as eleições obtendo 36% dos votos, teve uma clara maioria dos votos. Porém, a sua votação era um pouco menos do que um terço do total em todo o país. Com isso, a posse de JK sofreu tentativas de impedimento. “A oposição udenista tentava impedir a posse alegando não ter o candidato obtido a maioria absoluta de votos e ter recebido o voto dos comunistas” (D’ARAÚJO, 2015), que na época eram considerados votos inválidos.

Os maiores entraves que Juscelino iria encontrar no seu governo seriam, portanto, de ordem política, porque a oposição identificava no novo governante a imagem das ideias Getulistas. Os opositoristas pensavam que era muito perigoso para o país dar continuidade às propostas de Getúlio, principalmente devido aos resultados marcantes da era Vargas. Sendo assim, foi iniciada uma luta política que perdurou ao longo de todo o governo com o intuito de desestabilizar o presidente e a sua ideologia desenvolvimentista (HAFFNER, 2002, p. 24).

JK “foi o único presidente civil que iniciou e concluiu o mandato no prazo previsto pela Constituição. Sua política econômica, centrada no Plano de Metas, recebeu apoio da maioria do Congresso e das Forças Armadas” (PANDOLFI, 2015).

O então presidente tinha um projeto político no qual a colaboração internacional era indispensável, apesar disso, não deixava de apoiar os empresários nacionais. Além de promover investimentos do capital nacional, ainda enfatizava algumas propostas dos nacionalistas, como a de “intervenção do Estado no planejamento do desenvolvimento do Nordeste como meio de atenuar as diferenças regionais, criando a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)” (ABREU, 2015).

Portanto, a obtenção do capital era requisito básico para o tão ambicionado crescimento econômico. JK ansiava pelo capital e, conforme coloca Cardoso (1977), ele não interrogava se o capital originaria do estrangeiro ou internamente, o importante era consegui-lo para continuar o seu projeto de desenvolvimento. O governo fazia esforços para obter cooperação internacional pública e particular, uma vez que sabia que o capital particular só se aplicaria se houvesse lucro compensador. Quanto ao capital de origem pública o seu apoio era fundamental, pois esses se aplicariam nos “setores que necessitavam de maior volume de investimentos - que são es-

pecialmente os de infraestrutura e de indústria de base - que nem sempre conseguem ser suficientemente atraentes para a iniciativa privada” (p. 162).

Os recursos necessários à implantação e execução do Plano de Metas somavam Cr\$ 236,7 bilhões em moeda nacional e a U\$ 2,3 milhões os investimentos em moeda estrangeira, que seriam divididos ao longo dos cinco anos de governo. O capital nacional deveria ser obtido do orçamento público que seria repartido da seguinte forma: 39,7% da União, 10,4% dos Estados, 35,4% das empresas privadas e mistas e 14,5% por entidades públicas. Já os empréstimos em moeda estrangeira viriam de agências internacionais que seriam administrados dentro do país pelo BNDE e também proviriam de empresas estrangeiras que seriam atraídas pelo alto grau de incentivos dados a elas (HAFFNER, 2002, p.93).

Segundo Cardoso (1977), para JK, a cooperação internacional era essencial para promover o desenvolvimento do Brasil, o que não interferiria na soberania do país <sup>28</sup>. Entretanto, a vinda do capital estrangeiro para o Brasil precisava beneficiar o país e se aplicar nas áreas em que os diagnósticos indicassem como prioritários.

Fora do investimento direto, as demais formas da vinda de capitais implicam pagamento posterior da nossa parte; além disso, sendo um bem tão escasso e tão necessário, dentro dos quadros da programação econômica seria um desperdício o emprego do capital de modo meramente especulativo (p. 141).

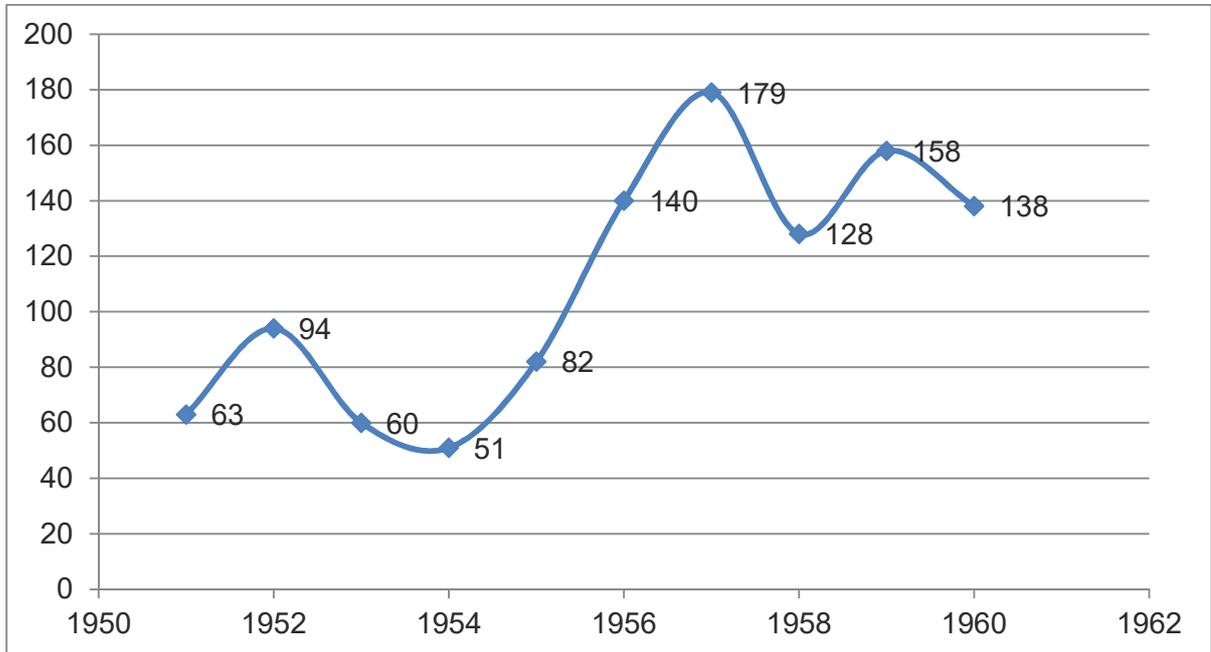
Ainda conforme a autora, o que se queria era primeiro obter capital a qualquer custo para finalmente conseguir a libertação econômica e que no futuro o Brasil pudesse resolver as suas carências sem o auxílio de outros países <sup>29</sup>. A autonomia viria depois, estava em segundo plano. Deste modo, não havia preferência, o que importava era o capital, tratava-o como “simples meios para a obtenção do fim que era o desenvolvimento” (p. 165). O capital estrangeiro em certos casos tinha maiores vantagens que o capital nacional. No Gráfico 1 tem-se os valores do ingresso do capital estrangeiro no Brasil do ano de 1951 ao ano de 1960, deixando claro como a sua entrada no país foi significativa nos anos de JK.

---

<sup>28</sup> “JK afirmava que o desenvolvimento estava na dependência da cooperação internacional. Mas não haveria por que temer essa dependência, já que quando os países subdesenvolvidos atingissem a prosperidade com ela viria a soberania” (CARDOSO, 1977, p. 139).

<sup>29</sup> “O estudo preparado pela CEPAL é exemplar quanto a essa transição. O capital estrangeiro é visto como necessário para acelerar o aumento da renda até que atinja um ponto, a partir do qual seja possível, mediante poupança interna e sem mais recorrer à suplementação do capital estrangeiro, fazer os investimentos necessários para assegurar uma taxa mais elevada de crescimento” (CARDOSO, 1977, p. 313).

Gráfico 1

**Entrada do Capital Estrangeiro no Brasil (1951-1960) em US\$ milhões**

**Fonte:** Elaboração própria a partir de Arraes (2006).

A atuação política de JK não ansiava que o Estado assumisse todo o controle da economia, porém havia uma “interferência bastante ampla do Estado nos assuntos econômicos, mas sempre dentro do mais rigoroso respeito ao papel fundamental que entende deva caber ao setor privado da economia” (CARDOSO, 1977, p.165). Porquanto, ao governo cabia intervir nas fases iniciais de aceleração do crescimento econômico e atrair investimentos, por meio dos incentivos fiscais, de concessão de créditos entre outros incentivos.

O que o desenvolvimentismo procura é uma divisão adequada de tarefas entre a iniciativa privada e a pública – que devem colaborar e não competir uma com a outra, o papel do governo não é, nem deve ser, o de competir com a iniciativa privada, mas, ao contrário, dar-lhe apoio e estímulo, em caráter supletivo, sempre visando ao enriquecimento da Nação (Discurso - JK, 1956, 656, p, 215 *apud* CARDOSO, 1977, p. 166).

Nota-se, portanto, que não havia uma forte estatização da economia no governo de JK, seu nacional-desenvolvimentismo era diferente do de Getúlio Vargas.

Pode-se dizer que era um tipo de atuação que se aproximava mais de uma economia mista que a um tipo de trabalho baseado na forte estatização da economia, que era o modelo do governo anterior. O Estado participaria em todo este processo, porém se associando com os investidores nacionais e internacionais (HAFFNER, 2002, p. 39-40).

Cabia ao Estado ainda a responsabilidade de promover a produtividade. “Só a técnica poderá abreviar a superação dos fatores de atraso com que defrontamos” (CARDOSO, 1977, p. 179). JK adequava a política educacional às necessidades do desenvolvimento econômico, incentivando o ensino técnico – profissional, para que aqueles indivíduos que não conseguissem chegar à faculdade, encontrassem neste ensino “a preparação para a vida que os esperava fora da escola” (p. 180). No entanto, o seu governo não deu a importância necessária à educação<sup>30</sup>, não se preocupou em analisar o porquê dos indivíduos estarem excluídos dos estudos superiores.

Para Furtado (1972) justifica-se a participação do capital estrangeiro na economia brasileira, porque a tecnologia utilizada nos setores mais dinâmicos da economia deriva dos grupos estrangeiros. Esta também era a linha de pensamento de JK, visto que, canalizou seus esforços para o desenvolvimento econômico, que não haveria possibilidade de acontecer sem a participação do capital estrangeiro. Está ainda era posição da CEPAL, para a comissão, a industrialização aconteceria de fato, se estivesse a utilização do capital e tecnologia estrangeira. De tal modo, “o Programa de Metas foi montado contando com uma participação estrangeira da ordem de 1/3 dos investimentos globais” (CARDOSO, 1977, p. 153).

Para Haffner (2002), o presidente JK foi um “grande articulador, equilibrando as diferentes correntes de pensamento em prol do seu grande projeto: o Plano de Metas” (p. 61). Procurou agradar a todos, fazendo seus discursos sem muitos comprometimentos.<sup>31</sup>

Concluindo, Juscelino queria articular todas as condições que tinha a seu dispor para levar adiante o Plano de Metas, mesmo que isto significasse manter conversações com grupos divergentes e com o capital internacional, fato não verificado com tanta facilidade no governo Vargas (p. 43).

---

<sup>30</sup> “O setor de educação foi contemplado com apenas 3,4% dos investimentos inicialmente previstos e abrangia uma única meta. Formação de pessoal técnico era a meta 30, que prescrevia a orientação da educação para o desenvolvimento e não falava em ensino básico” (BOMENY, 2015).

<sup>31</sup> “JK sempre se apresentou como um grande negociador. Onde estivesse, fosse com os empresários, militares ou políticos, conseguia passar a mensagem de que o mais importante era a industrialização do país, que esta era a razão de ser do seu mandato, o que o levava a articular as mais diferentes correntes de pensamento e trazê-las para o seu governo” (HAFFNER, 2002, p. 76-77).

### 2.3. Conclusão do capítulo

Com este capítulo, analisou-se a ideologia e o projeto político de Juscelino Kubitschek. Viu-se que ele seguia o “nacional-desenvolvimentismo”, caracterizado por ter uma maior intervenção do governo na economia, incentivo aos empresários nacionais e, ainda, o estímulo aos empresários estrangeiros. JK, assim como Getúlio Vargas era considerado nacional-desenvolvimentista. JK não via outra saída ao crescimento econômico do país sem a colaboração do estrangeiro, enquanto Vargas queria apenas uma associação ao capital internacional sem se subordinar a ele. Deste modo, JK era mais desenvolvimentista e o nacionalismo varguista era deixado de lado. Seu nacionalismo estava em incentivar os empresários brasileiros, mas não deixar de impulsionar os investidores internacionais.

JK, igualmente a Vargas, propôs a industrialização como forma de superar o estado de subdesenvolvimento brasileiro. Para tanto, ele se beneficiou de projetos e ideias inacabadas, mas já colocadas em prática pelo governo de Vargas. Consequentemente, o presidente contou com elementos já determinados para orientar a política econômica para desenvolver a indústria, mas a situação política que ele encontrou antes e depois da posse foi conflitante e instável. Porém, como um bom articulador, fez uniões e agradou várias classes a fim de conseguir governar com sucesso. Pela busca do desenvolvimento do país, propôs várias metas, por diversos setores da economia. Um ousado e ambicioso plano que ficou conhecido como “Plano de Metas”.

Com o PM, a pretensão era a industrialização do país, pois somente assim a riqueza poderia surgir e, consequentemente, o progresso econômico chegaria. Isso beneficiaria não só alguns grupos particulares, mas a nação brasileira como um todo. Deste modo, o estado de pobreza deveria ser superado, pois este, segundo JK era o causador da desordem e a desordem não atraía investidores estrangeiros. Assim sendo, a cooperação estrangeira era fundamental na industrialização do Brasil, pois a técnica e a tecnologia necessária à industrialização viriam dos países desenvolvidos.

JK, via no capital o meio para obter o desenvolvimento econômico do país. Assim, não havia preferência pelo capital nacional ou internacional. Entretanto, o

capital internacional obteve muito mais vantagens e regalias do que o capital nacional. Pois, para JK a cooperação internacional não diminuiria a soberania do país, pelo contrário, a longo prazo a traria, uma vez que almejava inicialmente obter capital para finalmente o país conseguir “caminhar sozinho”. Os fins a serem cumpridos eram de extrema importância e por esse motivo depositava em secundário a soberania nacional e a estabilidade econômica do país.

Por fim, o governo de JK estava impregnado de um projeto político voltado a sua ideologia desenvolvimentista. Colocava a cooperação internacional como o elemento que impulsionaria a economia para superar o atraso industrial brasileiro. O objetivo era implantar o Plano de Metas por mais esforço que o governo tivesse que fazer. No próximo capítulo será analisado o cenário econômico interno evidenciando o Plano de Metas, seus objetivos e resultados, além de apresentar a situação econômica do Brasil antes, no período e após o Plano.

### 3. CENÁRIO ECONÔMICO INTERNO

#### 3.1. O Plano de Metas

Colocando em atividade seu projeto desenvolvimentista, JK instalou no início de seu mandato, “o Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), que planejou, executou e acompanhou o Plano de Metas, [...] e constituiria o último programa governamental para que o processo substitutivo de importações esgotasse” (HAF-FNER, 2002, p. 36). Portanto, este foi um momento de intensa substituição de importações, que impulsionou o crescimento econômico do Brasil.

O Plano conferiria prioridade absoluta à construção dos estágios superiores da pirâmide industrial verticalmente integrada e do capital social básico de apoio a esta estrutura. Daria continuidade ao processo de substituição de importações que vinha desenrolando nos dois decênios anteriores (LESSA, 1981, p. 27).

O PM, segundo Lessa (1981, p. 27), “constituiu a mais sólida decisão consciente em prol da industrialização na história econômica do país”. “Era um plano quinquenal e a maioria de seus projetos estava baseada nos diagnósticos e definições da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) e dos programas CE-PAL/BNDE” (ORENSTEIN & SOCHACZEWSKI, 1989, p. 176). O Plano almejava o desenvolvimento, mas não havia uma preocupação com má distribuição de renda do país, a preocupação estava em desenvolver os setores da economia que auxiliasse na industrialização. “A preocupação com o equilíbrio de preços, a situação da balança de pagamentos e o bom comportamento dos setores monetário, fiscal e cambial estavam em segundo plano a favor da industrialização” (LESSA, 1981, p. 28).

Haveria investimento em cinco principais áreas: energia, transporte, alimentação, indústrias de base e educação. A construção da nova capital do país também se realizaria, mas os gastos não estavam estimados no Plano e “absorveria cerca de 2% a 3% do PIB no período” (ORENSTEIN & SOCHACZEWSKI, 1989, p. 177). No Quadro 1 tem-se os investimentos requeridos no Plano de Metas. Este quadro mostra a “preocupação dominante com a transformação qualitativa da economia, via montagem de indústrias produtoras de insumos básicos, de importante setor produtor de bens de capital e de serviços públicos de apoio” (LESSA, 1981, p. 34).

Quadro 1  
Investimento Requerido pelo Plano de Metas (1957/1961)

SETOR	Custo estimado dos bens e serviços produzidos no país (bilhões de Cr\$)	Bens e serviços importados		Investimento total estimado em bilhões de Cr\$	% do total
		Em milhões de US\$	Equivalência em bilhões de Cr\$		
Energia	110,0	862,2	44,3	154,3	43,4
Transportes	75,3	582,2	30,0	105,3	29,6
Alimentação	4,8	130,9	6,7	11,5	3,2
Ind. de base	34,6	742,8	38,1	72,7	20,4
Educação	12,0			12,0	3,4
<b>Total</b>	<b>236,0</b>	<b>2318,5</b>	<b>119,1</b>	<b>355,8</b>	<b>100,0</b>

**Fonte:** VI Exposição sobre o Programa de Reparcelamento Econômico – BNDE *apud* Lessa (1981, p. 34).

Na VI Exposição sobre o Programa de Reparcelamento Econômico se apresentam estimativas em termos de participação do PBI [...], variando no intervalo de 7,6% em 57 a 4,1% em 1961. Este dado, comparado com a taxa média de investimento fixo que foi no período 57/60, 14,5% do PBI define parcialmente a amplitude da ação do Plano (LESSA, 1981, p. 34).

O Plano de Metas buscava aumentar a capacidade geradora de energia elétrica para que esta fosse compatível com a industrialização do país, dado que a situação era de pouco investimento no setor referido, conforme explica Lessa (1981).

A meta era ampliar a capacidade instalada de energia elétrica para 5000.000 kw em 1960, bem como, iniciar obras para elevar em mais de 60% a capacidade em 1965, no final os objetivos foram praticamente atingidos (p. 35).

A Tabela 6 apresenta o crescimento da oferta de energia elétrica em relação ao aumento da produção industrial, mas, ainda assim, houve déficit no fornecimento de energia em todos os anos de JK.

Tabela 6  
**Índices de Crescimento da Energia Elétrica e da Produção Industrial (1956-1961)**

Ano	Produção de Energia Elétrica	Produção Industrial
1956	147,6	176,7
1957	166,9	186,5
1958	185,8	217,7
1959	198,8	245,7
1960	217,1	271,8
1961	237,9	301,9

**Fonte:** Baer, (1988, p. 165) *apud* Haffner (2002, p. 136).

Na meta relativa à energia nuclear, o destaque era o projeto de instalação da Companhia Paulista de Energia Nuclear (Copen) e da Central Nuclear de Mambucaba (RJ), mas o governo resolveu começar pela formação de pessoal técnico, estimular as atividades de mineração, beneficiamento e estocagem de materiais radiativos (urânio e tório), e instalar o primeiro reator nuclear do país (TAVARES et al., 2010, p. 52).

Como já dito, o Estado se encarregou de participar intensivamente nos projetos que demandavam maiores gastos, pois o setor privado revelava certo desinteresse ou não tinha capacidade de arcar com grandes custos, uma vez que demoraria a obter retorno dos investimentos feitos.

Predominavam, porém os recursos vindos do governo obtidos através do Fundo Nacional de Eletrificação, taxas estaduais de eletrificação e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. O financiamento em moeda estrangeira também era esperado. Para tanto se conservaria a política de manutenção da estabilidade dentro do país a fim de atrair tais recursos, além de se modificar a legislação para melhor remunerar capitais investidos nas indústrias. Todo o esforço deste período se concentrou então na construção de grandes usinas (HAFFNER, 2002, p. 135-136).

Quanto ao petróleo, havia uma intenção de continuar os projetos constituídos pela Petrobrás e a aumentar os mesmos, já que a política deste setor havia sido definida com a criação desta estatal (HAFFNER, 2002). Assim, “a ampliação da capacidade de refino do petróleo passou para 308 000 bb/d, em fins de 1960, e a produção interna para 100 000 bb/d” (LESSA, 1981, p. 37). Além desses projetos, a serem executados pela Petrobrás, ainda havia outros, como “industrialização do xisto, compra de petroleiros, instalação de unidades petroquímicas e construção de terminais e oleodutos” (TAVARES et al., 2010, p. 55).

No setor de transporte, a meta era fortalecer ainda mais este setor. Previam-se investir nos sistema ferroviário, expandir e pavimentar rodovias, além de modernizar e melhorar os portos (HAFFNER, 2002).

O plano ferroviário propunha-se a incorporar 440 locomotivas diesel elétricas, 12.000 vagões, aplicar 791.000 t de trilhos, 6770 dormentes e 15 milhões de m<sup>3</sup> de pedra de lastro nas ferrovias de maior densidade de tráfico. [...] objetiva-se construir 1.624 km de novas vias, importantes para a interligação dos antigos sistemas ferroviários de apoio às economias de exportação (LESSA, 1981, p. 38).

O crescimento do setor rodoviário foi excelente. Lessa (1981) explica que a decisão de instalar uma indústria automobilística no país foi em razão do aumento da participação das rodovias no transporte de carga. A frota de caminhão do Brasil conseguiu crescer principalmente por causa da implantação deste setor. A pretensão era que os veículos produzidos tivessem um índice de nacionalização alto. Ainda segundo o autor, o índice de nacionalização para automóveis, por exemplo, era de 95% no ano de 1960, em meados de 1962 o índice de nacionalização chegava a quase 90%. As metas para índices de nacionalização e produção foram praticamente atingidas. O setor de transporte é um bom exemplo do esforço realizado no PM, este crescendo a 8,8% no período 57/61.

No setor automobilístico, Kubitschek implantou o Grupo Executivo<sup>32</sup> da Indústria Automobilística (GEIA), que se responsabilizaria em coordenar o programa referente a este setor específico. Assim sendo, a criação de uma indústria automobilística foi um dos pontos mais importantes do Plano de Metas (LESSA, 1981). O setor rodoviário cresceu em extensão e qualidade, como se pode ver no Quadro 2.

---

<sup>32</sup> Faz se necessário dizer que a ideia dos grupos executivos surgiu no segundo governo Vargas. No governo de JK estes grupos foram criados com a incumbência de comandar os projetos de cada setor específico. Além do grupo executivo ligado a indústria automobilística, o GEIA, outros também foram criados como: de construção naval (GEICON), máquinas agrícolas e rodoviárias (GEIMAR), indústria mecânica pesada (GEIMAPE), exportação de minérios de ferro (GEMF), armazenagem (Comissão Consultiva de Armazéns e Silos) e de material ferroviário (GEIMF) (LESSA, 1981).

Quadro 2  
**Extensão da rede rodoviária brasileira**

Especificação	Extensão em 31 – XII (Km)	
	1955	1961
Total	459 714	499 550
<i>Rodovias Federais</i>	22 250	35 419
Pavimentadas	2 376	9591
Não pavimentadas	19 874	25 828
<i>Rodovias Estaduais</i>	54 048	77 293
Pavimentadas	757	4 542
Não pavimentadas	54 291	72 751
<i>Rodovias Municipais</i>	383 416	386 838

**Fonte:** XI Exposição sobre o Programa de Reparcelamento Econômico – BNDE *apud* Lessa (1981, p. 40).

A construção naval foi uma meta semelhante à automotiva, contudo o destaque foi maior no que diz respeito ao transporte rodoviário. A meta era melhorar os portos e modernizar a frota comercial. A ampliação da frota teve êxito praticamente total, mas com relação à melhoria dos portos o Plano se preocupou apenas com o aspecto físico da questão portuária do país. (LESSA, 1981). Quanto ao transporte aeroviário, as necessidades do país foram satisfeitas, segundo Lessa (1981), mas não se conseguiu estabelecer uma indústria aeronáutica no país.

Ainda conforme o autor, com relação à indústria mecânica e a de material elétrico pesado, até 1955 havia apenas a produção de aparelhos eletrodomésticos, equipamentos leves, pequenos geradores, motores e outras máquinas e equipamentos de pequeno porte. Apesar de não terem colocado metas a atingir, segundo o Conselho de Desenvolvimento no período de 1955-60, a produção de máquinas e equipamentos em geral cresceu mais de 100% e a de material elétrico pesado em mais de 200% passando o setor a produzir inúmeros equipamentos antes importados.

No setor de bens intermediários “a siderurgia já havia dado grande passo durante a Segunda Guerra Mundial com a construção da Usina de Volta Redonda pelo

governo federal” (LESSA, 1981, p. 43). O Plano visava expandir a capacidade produtora da indústria para atender as necessidades do país. Em 1955 “conseguiu-se atender 80% das necessidades internas e o Plano projetava dobrar a produção para suprir toda demanda nacional até 1960 triplicando este valor em 1965” (HAFFNER, 2002, p. 140). Quanto ao setor de cimento, JK desejava que o país não dependesse da importação deste produto, o que foi alcançado, pois não houve dependência de fornecimento externo.

Do mesmo modo, Lessa (1981), apresenta outros setores que também foram contemplados pelo Plano como os setores produtores de insumo, os de metais não ferrosos, que por haver pouco conhecimento do subsolo nacional, foram identificadas apenas algumas jazidas. Na meta da celulose e do papel de imprensa, o último era o grande problema, que mesmo com os subsídios ao produtor nacional não obteve êxito. O programa referente à borracha ficou a cargo da Petrobrás, que instalou junto a uma das suas refinarias. Quanto aos fertilizantes, houve um passo importante, porém pequeno. A meta pertinente aos álcalis era terminar a instalação da Cia Nacional Álcalis. “Pretendia-se aumentar a produção que em 1955 era de 35 mil t. para 140 mil, ou seja, havia uma grande ociosidade no momento de implantação do Plano de Metas. [...] esta meta não foi atingida” (HAFFNER, 2002, p. 140).

Como afirmam Lessa (1981) e Haffner (2002), a meta de alimentação teve pequena importância para o governo, não se ampliou a produção agrícola, apenas tentou se solucionar o problema através da expansão dos serviços de comercialização, da fabricação de tratores e fertilizantes. Quanto a suprimento de carnes houve uma modesta meta de matadouros industriais e que não foi plenamente cumprida.

O crédito para as áreas rurais derivava todo do governo, pois os bancos comerciais raramente emprestavam dinheiro para este setor. Então, para estimular o setor privado a participar do financiamento, estabeleceu-se uma portaria da SUMOC que oferecia a possibilidade de refinanciamento, através do Banco de Brasil e de bancos particulares, de algumas lavouras. (HAFFNER, 2002).

Lessa (1981) evidencia que a meta da construção de Brasília foi significativa “não devido à preeminência do empreendimento, mas da grande magnitude dos re-

cursos comprometidos e de seus aspectos de promoção política” (p. 53) <sup>33</sup>. JK sustentava a construção de Brasília no progresso que traria, uma vez que novas estradas seriam construídas e integrariam o interior do país com a capital. Assim, em 21 de abril de 1960, inaugura Brasília, nova capital da República. Nas palavras de JK, citado por Couto (2011)

Escolhi Brasília como o ponto alto de meu governo, porque estou convencido de que a nova capital representou um marco. Depois de sua construção, ninguém poderia duvidar de nossa capacidade técnica, do vigor de nossas indústrias nacionais ou da capacidade do trabalhador brasileiro. Brasília deixou atrás de si um passado de derrotismo e pessimismo e inaugurou uma nova era de autoconfiança e otimismo (p.288).

De maneira geral, o Plano de Metas obteve êxito na execução das metas principais do programa, alcançando o objetivo de promover o avanço da industrialização no país, mas ninguém sabe ao certo quanto custaram os anos JK, pois a contabilidade da época era falha. “Estimativa grosseira, a partir de avaliação precária da época, atualizada para o final de 2010, aponta para gastos da ordem de 130 bilhões de dólares” (COUTO, 2011, p. 149). Pode-se observar na Tabela 7 os resultados referentes às principais metas do PM, sendo que a maioria alcançou altas percentagens de realização em relação ao que foi previsto.

---

<sup>33</sup> “A construção da nova capital trouxe enormes gastos para o país, mas Juscelino não se importava com isto. Ele fez frente ao FMI e aos políticos mais conservadores para levar adiante o seu maior projeto. [...], JK tinha sustentado toda sua carreira na execução de obras e por isso não podia deixar Brasília de lado e ceder às pressões em torno dela” (HAFFNER, 2002, p. 63).

Tabela 7

**Brasil: Plano de Metas, Previsão e Resultados (1957-1961)**

	Previsão	Realizado	%
Energia Elétrica (1.000 KW)	2.000	1.650	82
Carvão (1.000 ton.)	1.000	230	23
Petróleo – Produção (1.000 barris/ dia)	96	75	76
Petróleo – Refino (1.000 barris/dia)	200	52	26
Ferrovias (1.000 km)	3	1	32
Rodovias – Construção (1.000 km)	13	17	138
Rodovias – Pavimentação (1.000 km)	5	-	-
Aço (1.000 ton.)	1.100	650	60
Cimento (1.000 ton.)	1.400	870	62
Carros e Caminhões (1.000 unid.).	170	133	78
Nacionalização (carros) (%)	90	75	-
Nacionalização (caminhões) (%)	95	74	-

**Fonte:** Banco do Brasil, Relatório e Anuário Estatístico, vários anos *apud* Orenstein & Sochaczewski (1989, p. 180).

### 3.2. A situação econômica do Brasil antes da adoção do PM

A preocupação da economia brasileira antes da adoção do PM, no começo dos anos 50, já se encontrava na questão do desenvolvimento econômico. Em janeiro de 1951, Getúlio Vargas assume novamente a presidência do Brasil e busca na industrialização do país, a forma de superar os problemas da economia brasileira. Contudo não priorizou o setor industrial, como o fez JK.

O país era limitado em sua capacidade de importar, o que limitava a industrialização, pois esta dependia da compra de equipamentos básicos e materiais essenciais no exterior e para isso deveria haver divisas estrangeiras ou impactaria na dívida externa. A alta nos preços do café em 1949 levou o governo a liberar licenças de importação. Com o aumento da capacidade de importar os empresários brasileiros puderam adquirir equipamentos que “forneciam a capacidade produtiva para um novo estágio de substituição de importações”. (SKIDMORE, 1979, p. 123).

De acordo com Lessa (1981), a situação na metade da década de 50 era de quase não haver instrumentos públicos de crédito a longo prazo, pois o governo não emitia títulos reajustáveis, devido à inflação secular do Brasil e a Lei da Usura<sup>34</sup>. Também os instrumentos cambiais eram apenas manipulados para captar recursos, não eram declaradamente utilizados para a política de desenvolvimento.

O sistema cambial brasileiro foi organizado de forma a permitir que, na ausência de tributação eficiente sobre importações e exportações, o governo se apropriasse de parte das rendas geradas nas relações com o resto do mundo (LESSA, 1981, p. 95).

Considerando o ritmo de desenvolvimento da economia brasileira, temos que em toda a década de 40 até a metade da de 50, o Brasil apresenta um crescimento econômico considerável e, após a guerra, foi ainda mais satisfatório devido à maior capacidade de capitalização interna, resultante do setor exportador e pela entrada de capitais estrangeiros (CARDOSO, 1977).

A década de 1950 apresentou taxas admiráveis de crescimento econômico, segundo Tavares (2010), a taxa média foi de 8,1% ao ano. Nos anos anteriores ao PM, internamente houve acumulação, embora o esforço interno de poupança tenha diminuído relativamente. “[...] Entre 1948 e 1955 a taxa de poupança máxima só atingiu 16%, caindo a mínima a 13,6%. Ao mesmo tempo, tornava-se menor a participação do comércio exterior na renda nacional” (CARDOSO, 1977, p. 315). Cardoso (1977) ainda coloca que houve um decréscimo da relação exportação/produção, mas a produção voltada para o mercado interno crescia desde 1942. Contudo, o aumento da produção interna não significou queda nas importações, dado que eram necessárias ao processo de industrialização. Assim, as importações eram possíveis através da utilização de reservas internacionais (em 1955 registrou-se saída de recursos) e pelo aumento de dívidas no exterior, problemas deixados ao período seguinte.

Novamente conforme a autora, “entre 1948 e 1955 o aumento médio anual da produção real é de 5,5%, enquanto o da renda real é de 6,4%” (p. 317). Até 1954 a agricultura, principalmente a de importação e alguns tipos de indústrias eram benefi-

---

<sup>34</sup> “É considerado delito de usura toda a simulação ou prática tendente a ocultar a verdadeira taxa do juro ou a fraudar os dispositivos da lei, para o fim de sujeitar o devedor a maiores prestações ou encargos, além dos estabelecidos no respectivo título ou instrumento” (BRASIL, 1933).

ciadas, já em 1955 o quadro começa a se modificar, a indústria substitutiva de importações cresce em termos de produção e o setor agrícola de exportação cai em produção. A situação em 1955 tem indícios de reversão da boa tendência, assim na ocasião das eleições de JK, as perspectivas não muito favoráveis.

O ritmo do aumento da produção real diminui: entre 1953 e 1954 foi de 8,2% e passou para 5% entre 1954 e 1955, enquanto a média entre 1948 e 1954 tinha sido de 5,9%. O aumento relativo da renda real foi ainda menor que o da produção, pois só atingiu 1,1% - demonstrando a deterioração das relações de troca. O nível da renda real por habitante ficou 1,3% abaixo do de 1954 (p. 321).

A autora coloca que o problema central do desenvolvimento está no investimento, entendido sob dois aspectos: “o montante necessário para uma taxa de crescimento e a capitalização que o permita” (CARDOSO, 1977, p. 326). Mas, para segui-lo é preciso uma grande elevação da poupança - algo mais difícil de obter, devido à dificuldade de colocar restrições ao consumo da população - uma melhora da produtividade e que os recursos do exterior venha para o país. Entre os anos de 1950 e 1954, o componente principal da renda nacional, a exportação, esteve estagnada. A inflação era também um fato nos anos precedentes ao PM

No Rio de Janeiro, por exemplo, o custo de vida, em 1950, subiu de 11 por cento, enquanto que o aumento em qualquer dos anos anteriores, desde 1945, registrara uma taxa máxima de 6 por cento. Aumentou mais 11 por cento em 1951, e pulou para 21 por cento em 1952 (SKIDMORE, 1979, p. 123).

Furtado (1961), analisou esse período como uma segunda onda inflacionária que aconteceu na economia de guerra e se expandiu até o começo dos anos 50. O que já era de se esperar após a guerra era que o volume de investimentos industriais cresceria, com isso aumentaria a pressão sobre a infraestrutura de serviços básicos que era insuficiente, não estavam adaptados para a nova estrutura econômica do país. Mas mesmo assim não houve uma política de concentração de investimentos nos pontos-chave, continuou-se a industrialização de forma desordenada. Com a falta de diagnósticos precisos para a economia a situação se agravou, pois os investimentos continuaram, levando aos esgotamentos das reservas de divisas e introduzindo o controle seletivo das importações. Entretanto, o autor considera que esta segunda onda inflacionária acelerou as transformações estruturais da economia, permitindo ampliar o setor industrial.

A inflação agravava as tensões sociais. Portanto, a questão da distribuição de renda era também o resultado pretendido da implantação da industrialização no país. O governo de Vargas observou que deveria começar pelos assuntos de base para chegar aos assuntos mais complexos. Assim, concordando com as ideias da CEPAL<sup>35</sup>, o segundo governo de Vargas impulsionou a economia para consolidar o processo de industrialização, o que implicaria um crescimento contínuo do país e a redução da dependência externa quanto às importações. Com isso o nível de vida da população brasileira melhoraria (HAFFNER, 2002).

Desta forma, ampliar-se-ia a produção e o consumo dentro do país, ou seja, as indústrias e a demanda pelos produtos por elas produzidos. **Com um comportamento eficiente quanto à produção, o setor industrial poderia trazer melhorias para a população quanto ao consumo e à renda, já que seria responsável pelo aumento na oferta de empregos.** Além disso, reduzir-se-ia o grau de importações dos produtos externos, dando maior ênfase à produção e aos produtos nacionais (p.168, grifo nosso).

Apesar do assunto distribuição de renda ser um resultado esperado do governo, quando se implantou a industrialização. A questão da renda em Vargas não foi tratada como prioridade, entretanto ele tentava melhorar a distribuição de renda e o salário mínimo, pois, teria com isso, o apoio popular de que precisava para sua sustentação política, conforme explica Haffner (2002)

A elevação dos níveis de vida, num país como o Brasil, depende, assim, muito menos da justa distribuição da riqueza e do produto nacional, do que do desenvolvimento econômico. A grande verdade é que temos pouco que dividir o que preconizo é uma política ampla de bem-estar, apoiada no desenvolvimento orgânico dos alicerces da economia do país (VARGAS, 1951, p. 73 e 299 *apud* HAFFNER, 2002, p. 178).

Além disso, ainda tentou melhorar a qualificação dos trabalhadores e diminuir os desequilíbrios regionais. Para este último, Vargas criou a Comissão Nacional de Planejamento do Nordeste e, posteriormente, o Banco do Nordeste. “Sugeriram-se algumas mudanças para que pudesse haver um desenvolvimento nesta região parecido aos Estados do Centro e do Sul do país” (HAFFNER, 2002, p. 181).

---

<sup>35</sup> “Para esta instituição, a industrialização propiciaria um aumento geral da renda, que, em última instância, seria o bem maior a ser alcançado pelo povo, isto é, de todos os benefícios apresentados até aqui como provenientes do crescimento industrial, se somariam os resultados positivos geradores de uma distribuição da renda mais eficaz” (HAFFNER, 2002, p. 161).

Ainda segundo Haffner (2002), a indústria aumentou sua participação no produto nacional bruto nos anos 50, deixando para trás o setor agrícola. Mas, esse crescimento industrial não aumentou a renda, como esperava Vargas e a CEPAL, apenas contribuiu para a concentração de renda neste período. Com a implantação da indústria, o governo acreditava conseguir diminuir as dificuldades sociais, mas na prática não foi possível. A renda não melhoraria se a demanda continuasse pequena, a consequência seria a redução da produção, diminuindo a utilização de mão-de-obra.

De acordo com Skidmore (1979), as circunstâncias econômicas em 1954 não eram boas. O programa de estabilização caminhava mal, trabalhadores reivindicavam aumento de salários, o problema no balanço de pagamentos persistia apesar das reformas cambiais e dos cortes nas importações, a relação do Brasil com os EUA estavam abaladas, as vendas de café a este país caíram drasticamente levando a diminuição das receitas em dólar e, além disso, a inflação tornou-se ainda maior com a concessão do aumento de 100% do salário-mínimo. Além dos problemas econômicos que Vargas deveria enfrentar havia os problemas políticos e pessoais de perseguições, ameaças entre outros, mas o presidente não renunciou. Entretanto, não aguentou toda essa pressão e suicidou-se deixando uma “inflamada carta-suicídio”, denunciando situações de seu governo.<sup>36</sup>

### **3.3. A situação econômica do Brasil no período do PM**

Ao iniciar o governo JK encontra situações conjunturais muito diferentes das enfrentadas por Vargas. Tanto as condições econômicas quanto as sociais do Brasil e do mundo eram outras. Ademais, Vargas já havia dado o passo inicial ao processo de industrialização da economia. Assim, muitos dos projetos de JK foram continuidades do que o governo anterior já havia encetado<sup>37</sup>.

---

<sup>36</sup> Para mais detalhes, ver Skidmore (1979).

<sup>37</sup> “Toda esta tomada de consciência teve um pequeno retrocesso no governo de Café Filho. Ele tentou estancar os investimentos públicos e criar dificuldades à expansão das empresas estatais. Por outro lado, abriu sem restrições, as portas ao capital estrangeiro, medida totalmente contrária à política econômica de Getúlio. Em termos concretos, associou-se à UDN, com a linha mais comprometida com os Estados Unidos, aos militares e às classes mais ligadas ao sistema internacional. Seu minis-

Os dois governos eram considerados “nacional-desenvolvimentista”, todavia, as práticas consideradas “nacionais desenvolvimentistas” foram iniciadas no governo de Vargas, em que se criaram órgãos para dar suporte a estas realizações (HAFFNER, 2002). Vargas, porém, não deu a liberdade que JK conferiu ao capital estrangeiro, não proibia a entrada de empresas estrangeiras no país, mas limitava sua participação em alguns setores, além de controlar a remessa de lucros. Para Vargas “o capital estrangeiro era bem-vindo, sempre que não fosse utilizado em itens estratégicos da industrialização” (p. 27).

Como já visto anteriormente, “durante a fase de implantação do Plano de Metas, lançou-se mão de instrumentos criados pela administração anterior para estimular a industrialização” (LESSA, 1981, p. 58), como a Instrução 113 da SUMOC, que fez aumentar a participação do capital estrangeiro na economia brasileira. Esta Instrução “permitia a importação sem cobertura cambial de equipamentos, na forma de investimento direto estrangeiro” (CAPUTO, 2007, p. 10). “Os montantes de capital ingressados sob a Instrução 113 até dezembro de 1961 somaram US\$ 379,4 milhões para as indústrias básicas e US\$ 131,7 milhões para as indústrias leves” (ORENSTEIN & SOCHACZEWSKI, 1989, p. 173).

Igualmente, o BNDE foi a principal agência promotora de investimentos, constituiu uma fonte de estímulos ao capital estrangeiro, pois, “assegurava acesso a créditos do exterior aos empresários via corresponsabilidade com a liquidação do débito externo assumida por aquela instituição de crédito” (LESSA, 1981, p. 59). Portanto, o banco detinha poderes de orientação dos investimentos privados.

O governo de JK fazia uma política atraente aos investidores estrangeiros, pois a industrialização dependia das importações e essas dependiam de financiamentos externos, uma vez que a economia estava com deficiência de receitas de exportação. O financiamento externo foi de grande importância para a economia brasileira, dado que, “no período de 1955-62 os financiamentos externos para projetos específicos participaram com 81,7% no total das entradas autônomas de capitais” (LESSA, 1981, p. 59). Vê se que a política de capital estrangeiro adotada foi

---

tério era defensor de uma política liberal, ou seja, era a favor da não intervenção do Estado na economia” (HAFFNER, 2002, p. 71).

eficaz em termos de obtenção de recursos externo, apesar do alto custo para a Nação.

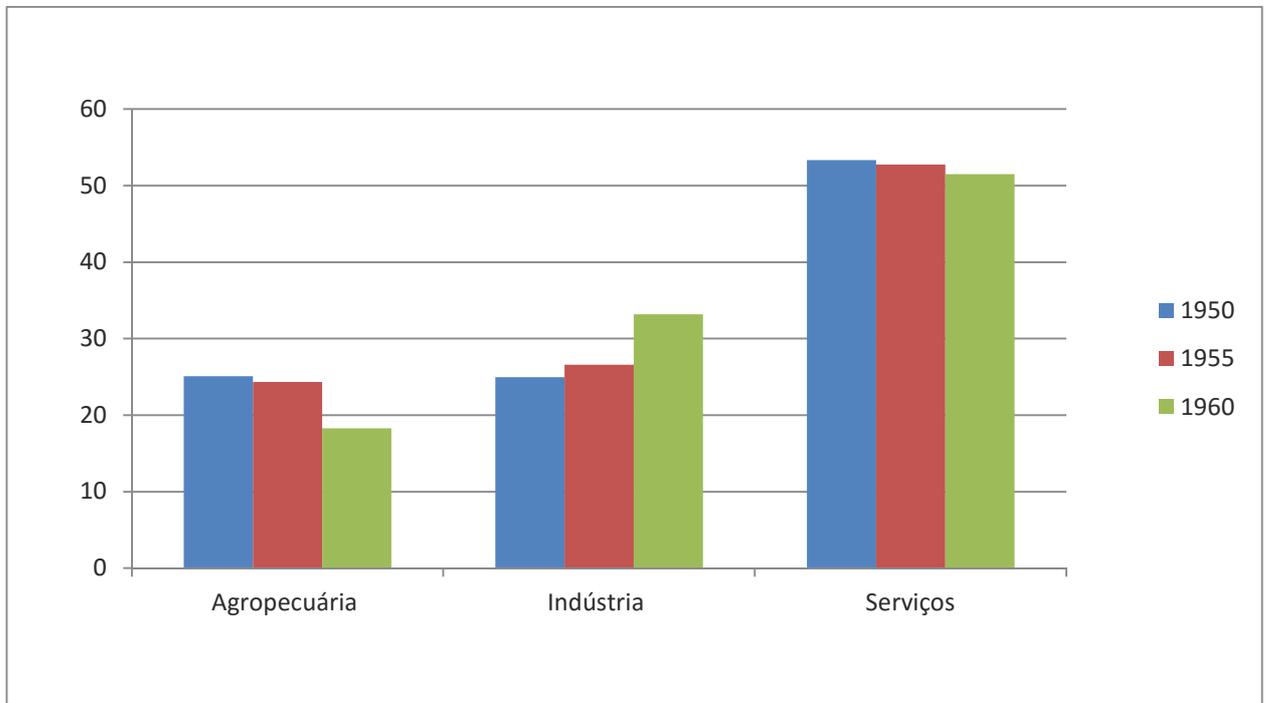
A política econômica do PM também ampliou a participação direta do setor público, segundo estimativas da Fundação Getúlio Vargas (FGV) “a participação do governo na formação bruta de capital fixo (exclusive empresas estatais) cresce de 25,6% no quadriênio 1953/56 para 37,1% nos quatro anos do Plano de Metas” (LESSA, 1981, p 70). Há também uma mudança na estrutura das operações creditícias. “A participação do setor público nos saldos de empréstimos ao final do ano cresce de 15,3% no triênio 1954/56 para 19,5% no triênio subsequente” (p. 70). Portanto, ficava “nas mãos do setor público a tarefa de conduzir as obras de infraestrutura que objetivavam romper os estrangulamentos que tolhiam o processo de industrialização” (ABREU, 1989, p. 182).

Quanto ao estímulo aos investimentos privados prioritários do Plano de Metas, Lessa (1981) sintetiza os em três grandes grupos.

O primeiro garantia acesso e assegurava condições favoráveis à obtenção de financiamentos externos. No segundo, concedia-se créditos a longo prazo, com baixa taxa de juros e prolongados períodos de carência e amortização, que cobriam parte do investimento fixo prioritário. No terceiro, reservava-se o mercado interno para os novos setores industriais a instalar (p. 71).

Os anos JK tiveram evidente crescimento econômico. “O valor real da produção industrial cresceu 80%, destacando-se a siderurgia (100%), a mecânica (125%), de eletricidade e comunicações (380%) e de material de transporte (600%)” (COUTO, 2011, p. 150). “A mudança estrutural vivida pela economia brasileira pode ser observada pela elevação da taxa de participação da indústria no PIB, que passou de 26%, em 1955, para algo em torno de 33%, em 1960” (TAVARES et al., 2010, p. 52). O Gráfico 2 mostra a mudança estrutural da economia brasileira.

Gráfico 2  
**Produto Interno Bruto a custo de fatores, por setor de atividade, 1950-1960**<sup>38</sup>



Fonte: IBGE, Estatísticas do século XX. Elaboração própria *apud* Tavares et al. (2010, p. 84).

Tavares (op. cit.) afirma que este boom de investimentos não se distribuiu de forma equilibrada pelos vários setores industriais já existentes, tais como produtos alimentares e têxteis, que cresceram, entre 1956 e 1960, de forma marginal, com taxas médias abaixo de 6% ao ano. E conclui que esse período de expansão caracterizou-se mais pela diferenciação da estrutura produtiva em todos os planos do que pela concentração de capital e de renda, gerando um poderoso efeito acelerador sobre a renda urbana e sobre a capacidade produtiva do setor de bens de capital (TAVARES et al., 2010, p. 84).

A manutenção dos investimentos no período do PM foi feita por meio da captação de poupanças forçadas, também se obteve recursos através do setor público via emissão de títulos a médio prazo (Letras do Tesouro, exportação e importação), pelo setor privado, através da incorporação de sociedades de crédito. Mas, essas fontes de financiamento não satisfaziam as necessidades de empresas e governo. A solução das empresas era aumentar os preços para continuar tendo rentabilidade (LESSA, 1981).

<sup>38</sup> Obs.: A soma excede a 100%. A diferença corresponde a dupla contagem dos serviços de intermediação financeira.

Nota-se no governo JK, uma preocupação pequena com a estabilidade econômica do país, o objetivo maior era a industrialização. Tanto que no início do Plano, havia uma indiferença quanto ao problema inflacionário que o país vivia, pois o esforço industrial supunha implicitamente a formação de poupanças forçadas o que propagava pressões inflacionárias, assim como os projetos de urgência e prioridade, como a construção de Brasília, por exemplo, (LESSA, 1981). Com isso, o índice geral de preços passa de algo próximo a 7,0% em 1957 para 24,38% em 1958, representando uma séria ameaça ao ritmo acelerado de implantação do Plano. O que expõe a Tabela 8.

Tabela 8

**Inflação: IGP – DI (% a.a.)**

Ano	Inflação
1955	12,15
1956	24,57
1957	6,95
1958	24,38
1959	39,44
1960	30,46
1961	47,79

**Fonte:** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEADATA, 2006 *apud* Campos (2007, p. 29).

Campos (2007) mostra que a inflação do período JK, tem relação com a falta de uma especificação de como se daria o financiamento dos consideráveis gastos governamentais que demandaria o Plano de Metas. Furtado (1961) colocou este momento inflacionário da segunda metade dos anos 50, como a terceira onda inflacionária em que sua origem estava nos grandes investimentos industriais feitos no período anterior, sem uma coerente política de industrialização. Logo, a industrialização se realizou às custas da inflação. “A falta de uma política coerente, as modificações estruturais necessárias foram realizadas através de uma sucessão de desequilíbrios que assumiram a forma de processos inflacionários” (FURTADO, 1961, p 242).

O que se pode perceber é que, no período do PM, a inflação foi produzida devido às divergências de interesses do Plano. O governo tentou atenuar seus efeitos, mas sem um devido interesse, deixando para o período seguinte os problemas que surgiriam. Apesar disso, a política econômica conduzida - acesso ao crédito pelo setor privado, sustentação de salários, subsídios e incentivos às importações de equipamentos, emissão de moeda - revelaram-se compatíveis, no período, com o desenvolvimento econômico, tanto que a economia usufruiu de altas taxas de crescimento do produto (LESSA, 1981). Antes que o governo encontrasse outra forma de financiar seus projetos, esgotaram-se as possibilidades de financiamento, via inflação.

Não poderia o governo continuar financiando a expansão de seu dispêndio com base na geração adicional de meios de pagamentos. Conduziria rapidamente a economia a uma hiperinflação insustentável. [...] Entretanto, tendo que contrair seus gastos, diminuiria paralelamente o mais importante componente autônomo da procura global, desestimulando a atividade econômica. Assim, o “esgotamento” conduziu a colocação da política fiscal do período seguinte, face a essa opção de custosas alternativas (p. 90).

Os fatores responsáveis pela elevação da inflação foram a política de defesa do café implementada em 1957<sup>39</sup> e o crescimento das despesas em investimentos públicos no início de 1958, em especial com a construção de rodovias e com a construção de Brasília (SOLA, 1998, *apud* CAMPOS, 2007). Com o índice geral de preços alto, havia uma pressão para o governo perseguir um programa anti-inflacionário. Neste mesmo ano, o Fundo Monetário Internacional (FMI) envia relatório ao Brasil com uma série de alterações nos rumos da política econômica, entre elas “a contenção dos salários, o respeito a tetos inflacionários, a revisão da política cambial e a suspensão de subsídios” (SARMENTO, 2015).

Com a solicitação do FMI, o então Ministro da Fazenda Lucas Lopes conduz ao Congresso o Programa de Estabilização Monetária (PEM), que expunha medidas para conter a inflação. Mas, a compatibilização do Programa com a política ortodoxa defendida pelo FMI levou às discussões políticas, assim em 1959, Lucas Lopes é substituído por Sebastiao Paes de Almeida e o governo brasileiro rompe com o FMI,

---

<sup>39</sup> “O governo Kubitschek tinha se comprometido com um programa dispendioso de compra de excedentes do estoque de café, devido a continua queda do preço internacional desse produto. Essa compra de excedentes só poderia ser financiada por uma emissão adicional de moeda que, aliando-se à pressão inflacionária, tinha que gerar outros déficits no setor público” (SKIDMORE, 1979, p. 219).

por achar irreal e radical as reivindicações do FMI (ORENSTEIN & SOCHACZEWSKI, 1989). O governo brasileiro tinha duas opções, “prosseguir o programa para a obtenção de suas metas ou conter a economia doméstica a fim de satisfazer os credores estrangeiros e os partidários brasileiros do programa anti-inflacionário, Kubitschek optou pelo primeiro caminho” (SKIDMORE, 1979, p. 223).

JK rompeu com o exterior, porque não queria se comprometer com um plano radical que dificultasse o seu retorno à presidência, nas eleições de 1965. Sua estratégia era que as pessoas achassem que o exterior estava com má-vontade em ajudar o Brasil. “O presidente tentou capitalizar ao máximo sua ruptura com o FMI” (SKIDMORE, 1979, p. 224).

Neste período, também havia uma “antipatia com os EUA que decorria da postura negligente deste país quanto aos apelos relativos à Operação Pan-Americana” (BENEVIDES, 1976 *apud* CAMPOS, 2007, p. 50). Esta operação consistia em unir todos os países do continente americano, para juntos construir um projeto de desenvolvimento social e econômico. Para Malan (1975) *apud* Campos (2007), a OPA seria a ferramenta que JK usaria para obter capitais públicos e continuar seu projeto de desenvolvimento.

JK defendia a visão estruturalista “economias subdesenvolvidas só poderiam se industrializar com algum nível de inflação que deveria ser administrada, ao invés de se buscar preços controlados com estagnação” (ORENSTEIN & SOCHACZEWSKI, 1989, p. 194)<sup>40</sup>. O governo JK enfrentou o FMI e os políticos mais conservadores, submeteu todas as suas possibilidades de política econômica à industrialização, desejava a todo custo continuar com o desenvolvimento. No final do governo a inflação encontrava-se alta, em 47,79%<sup>41</sup>. Porém, JK “buscou conter os principais mecanismos de propagação, via adoção de medidas estruturalistas que,

---

<sup>40</sup> Furtado questiona esse pensamento, pois, para ele, “não cabe afirmar que a inflação tenha sido necessária à industrialização. Teoricamente, pode-se demonstrar que o desenvolvimento do Brasil no período, ainda poderia haver sido mais intenso em condições de estabilidade” Contudo, Furtado afirma que, provavelmente, o país não alcançaria a industrialização sem inflação, “pois ainda não se havia formado no país uma clara consciência da natureza do problema do seu desenvolvimento” (FURTADO, 1961, p. 243).

<sup>41</sup> Ver Tabela 8.

postergando a manifestação dos desequilíbrios, facilitassem o desenvolvimento industrial” (LESSA, 1981, p. 128).

O que podemos constatar é que a inflação foi uma das maiores dificuldades do PM. Mas, para JK compensava se sacrificar em prol da industrialização, pois com ela viria o desenvolvimento econômico-social brasileiro. Supunha-o que a industrialização repararia todas as demais dificuldades do país (HAFFNER, 2002).

De qualquer forma, para Lessa (1981), a industrialização via substituição trouxe certa supremacia ao país, visto que alguns equipamentos requeridos para a expansão dos setores básicos puderam ser produzidos com o parque industrial existente. Contudo, não transformou a economia em desenvolvida. Pelo contrário, a evolução parece ter acentuado os desníveis preexistentes, desníveis regionais, setoriais e principalmente sociais, pois apesar do crescimento industrial ter criado empregos, a taxa foi inferior à expansão demográfica. O emprego da indústria cresceu de 29%, contra 37,2% da população. A oferta abundante de mão-de-obra não qualificadas atraídas para zona urbana, prejudicou a barganha salarial, mas a faixa mais qualificada da população teve oportunidades de empregos e incrementos salariais.

Como visto, o crescimento do setor industrial levou a grandes desequilíbrios regionais, pois os benefícios foram canalizados apenas a algumas regiões do país, as demais ficaram praticamente estagnadas. Para tentar amenizar, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), mas a região ficou em segundo plano, recebendo ajudas somente emergenciais (HAFFNER, 2002).

O número de empregos industriais criados foi insuficiente para resolver os problemas estruturais da região, os padrões de miséria foram mantidos, e as migrações não cessaram. Em termos de concentração de renda, nada mudou (OLIVEIRA, 2015).

O governo de JK fortalecia cada vez mais a forma de produção capitalista ao incentivar investidores nacionais e internacionais, mas isto induziu a “acentuar as desigualdades, os desequilíbrios econômicos provenientes de um capitalismo mais acentuado e da pouca intervenção direta do governo na área social” (HAFFNER, 2002, p. 173). O que estava claro era que o problema da renda não era preocupação principal do presidente, mas sim a industrialização, pois, junto dela viriam os benefícios.

No rol de problemas a serem enfrentados pelo povo estava a questão da renda e da distribuição da mesma, no entanto, o caminho a ser seguido era o da industrialização mesmo que ela trouxesse grandes diferenças sociais e regionais, ou seja, o chamado **custo social do progresso** (Kubitschek, 1962, p. 52 *apud* HAFFNER, 2002, p. 174, grifo nosso).

Segundo Malan (1995) *apud* Campos (2007), a situação externa de 1958 era embaraçosa, pois as exportações de café estavam em baixa, e o Brasil alcançava seu menor valor do decênio. A Tabela 9 mostra a situação da balança comercial que passou de uma posição superavitária, com saldo de US\$ 320 milhões, em 1955, para um déficit de US\$ 23 milhões, em 1960. Também houve crescimento dos pagamentos de serviços e diminuição do volume de capitais que entraram pela Instrução 113.

O rápido desenvolvimento industrial do período JK trouxe a dívida externa. A Tabela 10 mostra o aumento da dívida externa, principalmente no ano 1960, com a conclusão da construção de Brasília. Contudo, não se teve decisão quanto a isso, adiou-se a tentativa de solucionar para o período seguinte.

Tabela 9

**Brasil: Balanço de pagamentos, 1955-1960 (US\$ milhões)**

	1955	1956	1957	1958	1959	1960
<b>A. Balança Comercial</b>	320	437	107	65	72	-23
Exportação (FOB)	1.419	1.483	1.392	1.244	1.282	1.270
Importação (FOB)	1.099	1.046	1.285	1.179	1.210	1.293
<b>B. Serviços</b>	- 308	- 369	-358	-309	-373	-459
Transportes e seguros	- 142	-127	-122	-108	-96	-85
Rendas de Capitais	- 78	-91	-93	-89	-116	-155
Juros	- 35	-67	-67	-58	-91	-115
Lucros e Dividendos	- 43	-24	-26	-31	-25	-40
Outros Serviços	-88	-151	-143	-112	-161	-219
<b>C. Mercadorias e Serviços (A+B)</b>	12	68	-251	-244	-301	-482
<b>D. Transferências</b>	- 10	-11	-13	-4	-10	4
<b>E. Transações correntes (C + D)</b>	2	57	-264	-248	-311	-478
<b>F. Capitais</b>	3	151	255	184	182	58
Investimento Direto Líquido (1)	43	89	143	110	124	99

Emprést. e financ.– médio e l. prazos	84	231	319	373	439	348
Capitais de curto prazo	-	-	-	-	-	-
Amortizações	- 140	-187	-242	-324	-377	-417
Outros	16	18	35	25	-4	28
<b>G. Total (E + F)</b>	5	208	-9	-64	-129	-420
<b>H. Erros e Omissões.</b>	12	-14	-171	-189	-25	10
<b>I. Superávit (+) ou déficit (-)</b>	17	194	-180	-253	-154	-410
<b>J. Demonstrativo de resultado</b>	- 17	-194	180	253	154	410
Haveres de c. prazo (aumento [-])	- 69	-165	143	59	176	241
Ouro monetário (aumento [-])	-1	-1	-	-1	-1	40
Operações de regularização	61	-28	37	195	-21	61
FMI	0	-28	37	37	-21	48
Outros	61	0	0	158	0	13
Atrasados Comerciais	- 8	0	0	0	0	68

Fonte: IBGE, Estatísticas do século XX *apud* Tavares (2010, p. 87).

Tabela 10

**Dívida Externa Total (1955-1961) em US\$ bilhões**

Ano	US\$ bilhões
1955	1,4
1956	2,7
1957	2,5
1958	2,9
1959	3,2
1960	3,7
1961	3,3

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA (2016).

O PM trouxe muitas críticas ao governo JK, principalmente por ele ter dado intenso incentivo ao capital estrangeiro, colocando-o como o recurso fundamental ao crescimento econômico. O governo deixou a política de estabilidade em segundo

plano. Conforme explica Lessa (1981), os problemas e dificuldades que o PM deixou ao período subsequente, como a dívida externa foram decorrentes do Plano ter sido executado de forma imediatista. Surgia um problema operacional, logo se montavam os instrumentos capazes de solucioná-lo. Porém, não haveria alternativa para se conseguir o desenvolvimento econômico em poucos anos, a não ser a opção escolhida. O PM foi responsável por muitos avanços da economia brasileira, fazendo com que se acreditasse que o subdesenvolvimento era algo superável.

JK deixou a Presidência da República com a sensação de dever cumprido, conforme suas palavras.

De fato, havia uma grande diferença entre o Brasil que eu encontrara em 1956 e o que deixava em 1961, ao concluir meu mandato. O país progredira, na realidade, cinquenta anos em apenas cinco. Além do mais, encontrara um país dividido pelo ódio, pelas dissensões internas e pelas rivalidades partidárias. As Forças Armadas estavam fragmentadas em grupos ou facções, que reciprocamente se hostilizavam; os estados viviam separados uns dos outros, por absoluta falta de comunicações, e o horizonte político apresentava-se toldado pelas nuvens negras do 'golpismo'. O que eu deixava era um país em ordem, pacificado espiritualmente, próspero, confiante em si mesmo e cômico do seu destino de grandeza. No terreno político, conseguira, igualmente, imprimir uma profunda transformação. Implantei e fiz funcionar uma perfeita democracia no país. Instituí a liberdade como símbolo do meu governo. E, assim fazendo, fortaleci as instituições, conscientizei as massas e tornei a nação politicamente adulta (COUTO, 2011, p. 156).

Contudo, a dependência externa não deixou de existir, pois o desenvolvimento industrial diversificou a pauta de importações nacionais, fazendo com que a necessidade da importação de equipamentos e matérias-primas diferentes, fosse necessária para a continuação do desenvolvimento (IANNI, 1979 *apud* CAMPOS, 2007).

### **3.4. A situação econômica do Brasil após o PM**

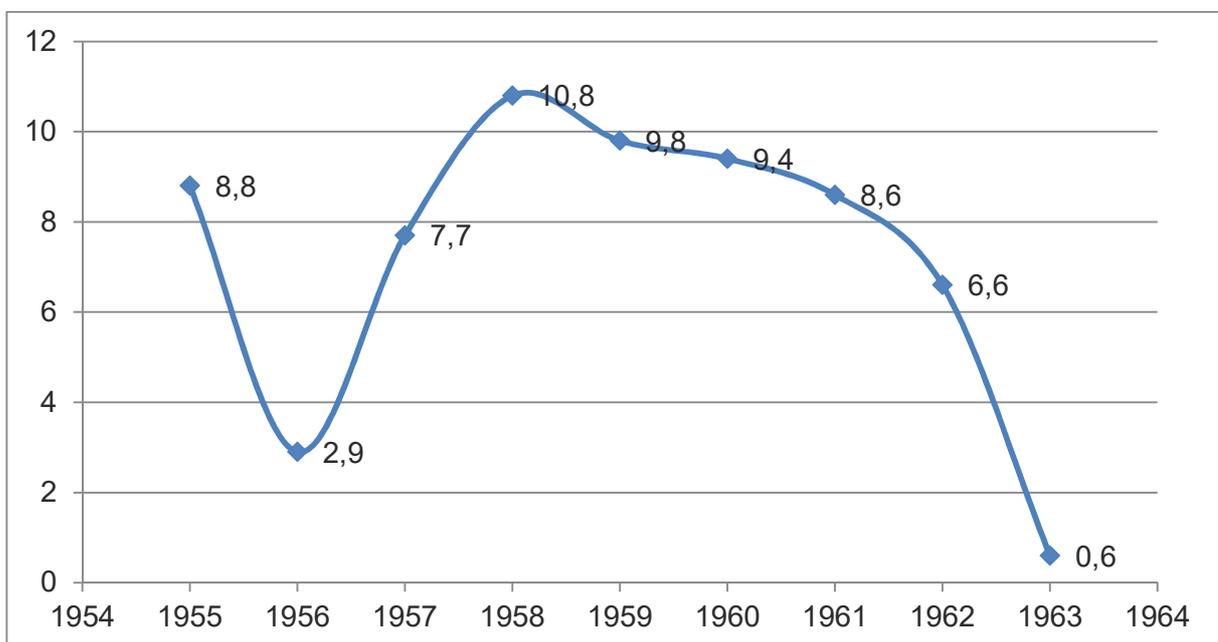
A situação econômica do Brasil após o PM foi legada com um crescimento econômico regular e uma inflação anual considerada não muito alta, comparada a níveis posteriores, mas esta se converteu no principal eixo dos ataques ao governo de JK, facilitando a ascensão de Jânio Quadros. Este chega ao poder apoiado pela UDN, prometendo acabar com a corrupção e a inflação <sup>42</sup>. Além disso, o próximo

<sup>42</sup> A partir de 1960, há um agravamento considerável da taxa de inflação. A taxa de inflação passa de 30,47% a.a. em 1960, 47,78% a.a. em 1961, 51,60% a.a. em 1962 chegando a 79,92% a.a. em 1963 (IPEADATA, 2016).

presidente, depois da renúncia de Jânio Quadros, haveria que lutar contra outro fato presente na economia, a desaceleração econômica. Segundo a FGV. A taxa de crescimento da economia, que tinha atingido, em 1961, 7,7%, caiu para 5,5% em 1962 e 2,1% em 1963 (LESSA, 1981). No Gráfico 3 tem-se a variação real anual do PIB a preços de mercado.

Gráfico 3

**Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado: variação real anual (% a.a.) - ref. 2000**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IPEADATA/IBGE (2016).

Em março de 1961, o governo de Quadros implantou uma importante reforma cambial, através da instrução 204 da SUMOC, tendo como finalidade a desvalorização da taxa de câmbio e a unificação do mercado cambial (ABREU, 1989).

Verificou-se uma drástica redução de subsídios para importações essenciais [...] prometeu-se reduzir o déficit governamental e fez novos investimentos no setor exportador [...]. Essas reformas contribuíram para obter a aprovação do FMI, dando a Quadros pré-requisito para a renegociação das dívidas, coisa que Kubitschek não conseguira (SKIDMORE, 1979, p. 240).

Quadros teve sucesso em suas negociações com exterior. Conseguiu empréstimo de mais de dois bilhões de dólares, incluindo trezentos milhões para novos financiamentos. Surgia no Brasil, à esperança de que o atual governante pudesse diminuir a inflação. Mas, a reforma cambial resultou na duplicação do preço do pão

e da gasolina, mostrando ao então presidente que as medidas de combate à inflação estavam sendo inúteis, não havia um plano de continuação da industrialização e aumento dos investimentos públicos, como aconselhavam os intelectuais “desenvolvimentistas” (SKIDMORE, 1979).

Quando Quadros começou a se identificar com uma posição “nacionalista”, veio o ataque a sua política e uma crise política interna se instalou no país levando a renúncia do então presidente (SKIDMORE, 1979).

A renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961 resultou no colapso de seu programa de estabilização. A curta duração de sua gestão dificulta a avaliação criteriosa dos resultados das suas políticas econômicas, pois a crise política de agosto e setembro de 1961 teve como consequência o descontrole monetário, fiscal e creditício evidenciado pelas estatísticas mensais (MESQUITA, 2010, p. 6).

No período de setembro de 1961 a janeiro de 1963, o Brasil viveu o seu mais longo período de indefinição política, passou-se a adotar o regime parlamentarista, regime no qual o chefe de governo é o primeiro ministro do Congresso, no caso, o Deputado Tancredo Neves. Este colocou em evidência um plano de governo totalmente “genérico”, definindo a insuficiência da taxa de crescimento da economia como principal problema a ser enfrentado. Contudo, sua breve participação no poder não obteve sucesso, chegando ao fim o ministério de Tancredo Neves (ABREU, 1989). Depois de Neves, veio Brochado da Rocha, de julho a setembro de 1962. Em seguida Hermes Lima, de setembro de 1962 até janeiro de 1963. Todavia, o regime parlamentarista foi marcado por constantes crises políticas, o que limitou as medidas econômicas que poderiam ser tomadas (MESQUITA, 2010).

Lessa (1981) afirma que foi em torno da desaceleração do crescimento e a aceleração inflacionária que a política econômica desses três anos girou. Porém, foi em vão, pois faltava base política para dimensionar as tarefas a enfrentar e, ainda, havia o temor de que o êxito em uma tarefa resultasse no fracasso da outra. O que ocorreu no triênio foi à mudança do foco de preocupação do governo, que passou do problema desenvolvimento industrial para o enfraquecimento do processo inflacionário. Ainda segundo o autor, além de haver o alarme de uma hiperinflação, havia o problema da falta de financiamento para os investimentos públicos.

“Em 1961 e 1962 o déficit de caixa do governo federal, como percentagem do produto bruto interno, cresceu de 3,9% para 4,9%, contra cerca de 3% nos dois anos precedentes” (LESSA, 1981, p. 125). Outros fatores que o autor cita como decorrência da alta dos preços foram as crises político-sociais, que implicaram em emissões de papel moeda e a modificação do sistema cambial de 1961. A situação do crescimento econômico também foi decepcionante, no referido biênio.

A economia cresceu respeitáveis 8,6% em 1961, mesmo com redução do investimento, após 9,4% em 1960, mas desacelerou para 6,6% em 1962. A produção industrial, cujo crescimento havia acelerado de 10,6% para 11,1% entre 1960 e 1961, teve expansão menos exuberante de 8,1% em 1962. A inflação, medida pelo deflator do PIB, saiu de 25,4% em 1960 para 34,7% em 1961 e 50,1% em 1962, com sinais de aceleração na margem – a taxa mensal, segundo o IPA da FGV, acelerou de 2,2% em média no primeiro semestre para 3,0% no terceiro trimestre e 5,3% no último trimestre do ano (MESQUITA, 2010, p. 14).

Em 1961, as tentativas de conter o processo inflacionário tornam-se ainda mais complicadas, pois este era um período com condições políticas instáveis. Assim, as providências tomadas foram “o congelamento em 1962 dos depósitos prévios de importação, a elevação da taxa de recolhimento obrigatório dos bancos comerciais de 14% para 22% do total de depósitos a vista [...]” (LESSA, 1981, p. 129). Mas, essas medidas não surtiram o efeito desejado. Para tanto se criou em 1963 o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963/1965) que era um programa de estabilização que preservava a taxa de crescimento da economia. As finalidades básicas a serem perseguidas pelo Plano seriam a manutenção do nível de importações <sup>43</sup>, através dos refinanciamentos da dívida externa e captação, por meios não inflacionários, de recursos para o setor público (LESSA, 1981).

O Plano baseava-se em combater a inflação e simultaneamente reaver o alto índice de crescimento do país. Apesar de ter sido elaborado por Celso Furtado, ligado a tradição estruturalista da CEPAL, caracterizava por ser bastante ortodoxo na aceleração inflacionária, “ênfatisando o excesso de demanda via gasto público como sua causa mais importante” (ABREU, 1989, p. 206).

O objetivo era reduzir o índice de inflação, durante um período de 3 anos, a um nível de 10 por cento em 1965, mantendo ao mesmo tempo um índice

---

<sup>43</sup> “No que se refere às importações, as projeções contemplaram o processo de substituição das importações e a demanda provável do sistema. Não houve, nesse sentido, nenhum programa especial de corte de importações”. (LESSA, 1981, p. 133).

de crescimento real de 7 por cento, e ao mesmo tempo introduzindo reformas que eliminariam barreiras institucionais (educacionais, agrárias, administrativas) – com o fito de favorecer um maior crescimento e também aliviar notórias desigualdades de renda entre as classes e as regiões (SKIDMORE, 1979, p. 288).

Lessa (1981) chama a atenção quanto ao insucesso do Plano, pois não se propôs um esquema alternativo de financiamento das inversões privadas, compatível com o nível de aspirações empresariais que, mesmo se as outras condições tivessem sido favoráveis, não obteriam sucesso por causa disto.

Com o fracasso do programa de estabilização, o então presidente João Goulart solicitou uma reforma ministerial. O governo vinha perdendo toda a sua credibilidade, em razão de vários conflitos e rotatividade dentro do governo. Mas, a falta de “crédito” efetivou-se, quando, em janeiro de 1963, Goulart decide regulamentar a lei que limitava a remessa de lucros a 10% dos capitais registrados e impedia a remessa associadas a reinvestimento (ABREU, 1989).

“Em fins de 1963 e começo de 1964 o conflito político que já existia intensificou-se em uma atmosfera carregada de denúncias de golpes e contragolpes” (SKIDMORE, 1979, p. 331). Além disso, Goulart não conseguia um equilíbrio entre as forças de esquerda e as forças mais conservadoras. Ao comparecer em comício das forças de esquerda, o presidente abriu caminho para as forças conservadoras responderem com manifestações que levaram ao isolamento político do presidente e ao enfraquecimento do seu apoio político e militar (ABREU, 1989).

“Em 31 de março de 1964 teve início a rebelião militar que, com amplo apoio do empresariado, da classe média e respaldo ou omissão da maioria parlamentar, pôs fim à Terceira República” (ABREU, 1989, p. 211). Logo, o governo seria ocupado pelos chefes militares, era o começo de uma ditadura que permaneceria 21 anos no poder.

### **3.5. Conclusão do capítulo**

A conclusão a que se chega do capítulo referente ao cenário econômico interno é que o Plano de Metas se constituiu em um corajoso programa, que obteve resultados significativos quanto ao objetivo de Juscelino Kubitschek, a industrialização do país. O crescimento econômico foi fato. Contudo, a preocupação com a es-

tabilidade econômica do país ficava aquém da industrialização e os gastos governamentais eram muito altos. O Plano deu prosseguimento ao processo de substituição de importações, e foi esta intensa substituição de importações que explicou os expressivos resultados econômicos verificados no período.

A situação econômica anterior ao PM em toda a década de 40 até a metade da de 50 era de crescimento econômico considerável, exibindo taxas importantes de crescimento. Houve um aumento da produção interna, mas as importações não caíram devido ao processo de industrialização. A inflação era motivo de preocupação para o governo de Vargas, pois ela agravava os conflitos sociais, mesmo com o crescimento industrial, a renda não aumentou. O governo tentou amenizar as tensões aumentando o salário mínimo em 100%, o que agravou ainda mais a situação do país.

JK, quando assumiu a Presidência, prosseguiu com o processo de industrialização da economia já iniciado por Vargas. Seu nacional-desenvolvimentismo, diferentemente de Vargas, via no capital internacional a saída para conseguir o financiamento necessário ao seu projeto de desenvolvimento nacional. Assim, estes investidores de fora tiveram muitos privilégios dados por JK. O financiamento externo foi, portanto, fator importante para a economia brasileira, dado que, “no período de 1955-62 os financiamentos externos para projetos específicos participaram com 81,7% no total das entradas autônomas de capitais” (LESSA, 1981, p. 59). Com a utilização da Instrução 113 da SUMOC a situação tornou-se favorável á entrada de capitais estrangeiros no país.

O Estado teve ampla participação no projeto de JK. Ficava a cargo do setor público, a tarefa de administrar as obras de infraestrutura que objetivavam romper os estrangulamentos da economia brasileira, já que o setor privado não tinha condições de arcar com certos projetos do PM.

Os anos referentes ao Plano de Metas foram anos de grande crescimento econômico, viu-se uma mudança na estrutura da economia brasileira. Muitas das metas colocadas foram completamente ou quase cumpridas, porém algumas tiveram pouco interesse por parte do governo.

A estabilidade econômica do país nesta época ficou subordinada ao interesse maior que era a industrialização pesada. As políticas do governo estavam, portanto, voltadas a alcançar os objetivos da economia a serviço do PM. Em 1958, a inflação tem um aumento considerável e isso ameaça o ritmo acelerado de implantação do Plano. Furtado (1961) afirma que esse período foi desprovido de “política autêntica de desenvolvimento”.

De tal modo, a inflação foi um dos maiores problemas do governo JK, que impactou significativamente a distribuição de renda. Mas, o governo não se preocupou inicialmente com o desenvolvimento econômico-social, pois, via na industrialização a solução de todos os problemas do país inclusive da má distribuição de renda. Todavia, a piora das condições de vida social apenas acentuou, já que muitas pessoas foram atraídas para a zona urbana, devido ao crescimento industrial, o que prejudicou a barganha salarial. Além disso, o crescimento industrial trouxe grandes desequilíbrios regionais, posto que, houve regiões mais beneficiadas pelo governo que outras.

Os anos finais do governo JK, a situação era crítica. Houve uma deterioração da balança comercial, conseqüentemente, a dívida externa também se constituiu em um legado do governo. Deste modo, os anos posteriores ao PM apresentaram índices inflacionários altos e com tendências de crescimento, além de uma desaceleração da economia. A partir de 1961, o foco de preocupação do governo torna-se a desaceleração inflacionária ao invés do desenvolvimento industrial.

As medidas colocadas para estes objetivos não surtiram efeito, para tanto se criou em 1963 o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social. O Plano baseava-se em combater a inflação e respectivamente recuperar o alto índice de crescimento do país, além de outras reformas, mas o mesmo não obteve sucesso. Em 1964 chega ao fim a Terceira República Brasileira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi analisar o desenvolvimento nacional do Brasil no período do Plano de Metas evidenciando a importância do capital internacional e as decorrências do seu desempenho na econômica brasileira. Foram examinados os cenários externo, ideológico, político e da economia interna para se chegar às conclusões a serem apresentadas. Contudo, as principais considerações foram exibidas ao final de cada capítulo, assim este capítulo considerará uma versão mais resumida da conclusão do estudo.

A hipótese inicial era de que o capital internacional trouxe contribuições consideráveis ao desenvolvimento da economia brasileira e seu elevado incentivo permitiu a industrialização do país. Para melhor compreensão voltaremos a alguns pontos importantes do estudo.

O cenário internacional após a Segunda Guerra Mundial apresenta alterações econômicas e políticas, havendo a necessidade de uma internacionalização das economias, já que as economias mais atingidas por esse conflito precisavam se reerguer. Quando essas economias foram reconstruídas, as grandes potências econômicas mundiais passaram enviar suas plataformas de produção para as economias periféricas. O governo brasileiro viu uma oportunidade nessa internacionalização das economias, de acelerar o crescimento econômico do Brasil, através da industrialização. Foi quando o Brasil tornou-se o país que mais recebeu IDE de toda a América Latina, principalmente na época de JK.

A estratégia de JK era desenvolver a indústria brasileira, que o país passasse a produzir itens antes importados, por isso continuou o processo de substituição de importações. Dessa forma, o país passou a produzir alguns equipamentos no seu próprio parque industrial, mas não significou que a economia estava desenvolvida.

Como nacional-desenvolvimentistas Vargas e JK intervinham na economia brasileira com medidas que ajudavam a promover o desenvolvimento industrial para superar o atraso do país. Juntamente, combinavam capital nacional e internacional para auxiliar nessa tarefa. Como já visto, Vargas foi quem iniciou essa conscientização. Diante das carências de uma economia subdesenvolvida como o Brasil, viu na industrialização o caminho certo para solucionar os problemas brasileiros. Contudo,

sua ideologia estava carregada de um nacionalismo que pouco se submetia aos interesses do capital internacional. Não recusava o mesmo, mas colocava restrições quanto a sua entrada no país. Já a ideologia desenvolvimentista de JK tinha um novo entendimento, com um nacionalismo mais moderado, que buscava superar os impedimentos ao desenvolvimento via industrialização com a colaboração do capital estrangeiro.

A desaceleração da economia nos anos iniciais do governo JK parecia ser um problema no qual o Presidente teria de enfrentar, além de crise financeira, inflação, tensões sociais e políticas. Juscelino viu que, para conseguir alcançar a estabilidade política, teria de lançar mão de alianças dos mais variados tipos, e assim o fez. Ganhou as eleições e, apesar da contestação da legitimidade de seus votos recebidos, assumiu a presidência. Logo no primeiro ano de governo lançou o seu programa de desenvolvimento, que tinha como objetivo extinguir os “pontos de estrangulamento” da economia brasileira. Para tal fim, implantou o Plano de Metas que priorizou cinco áreas: energia, transporte, indústria de base, educação, alimentação e uma meta autônoma, a construção de Brasília, que trouxe muito gasto ao país. Portanto, as alianças feitas por JK muito contribuiriam para a execução do Plano, além da criação de Grupos Executivos que auxiliariam no cumprimento das metas.

O Plano de Metas constituiu uma marca do governo de JK, um experimento de planejamento econômico que obteve bastante sucesso. O Plano permitiu que o país aumentasse sua capacidade de produção. Efetivamente, os investimentos estrangeiros muito contribuíram para este sucesso. As Empresas Transnacionais passaram a dominar os setores mais dinâmicos da economia do Brasil, como bens de consumo duráveis e bens de capital. Houve uma mudança no país. O desenvolvimento industrial com o incentivo ao capital internacional atraiu grandes empresas, trazendo oportunidades de empregos e novas tecnologias.

No entanto, o PM foi criticado, pela forma como foi financiado. Houve impacto na inflação e, conseqüentemente, a distribuição de renda do país ficou prejudicada. Ainda, foi bastante criticado principalmente pelo elevado incentivo que o presidente deu ao capital internacional quando comparado ao nacional.

JK buscou desenvolver o país em apenas cinco anos de governo. Incentivou altamente a vinda do capital internacional, pois via neste capital a técnica que ajudaria o país a crescer e se desenvolver. No entanto, a ambição pelo crescimento econômico rápido fez o governo deixar a estabilidade econômica em segundo plano, assim, o rápido desenvolvimento industrial trouxe a dívida externa.

Ademais, há que se avaliar a importância que JK deu à educação, uma vez que é pré-requisito para auxiliar o desenvolvimento nacional de um país. JK investiu pouco em educação. Um maior investimento em educação de qualidade permite ao país futuramente produzir tecnologias que antes eram importadas.

Partindo do pressuposto de que o capital internacional trouxe contribuições consideráveis ao desenvolvimento nacional. Chega-se à conclusão que o incentivo ao capital internacional permitiu a industrialização, trazendo o desenvolvimento econômico brasileiro. O elevado incentivo foi devido ao que acreditava JK. Para o Presidente só seria possível o progresso econômico com a participação do capital internacional.

Finalmente, faz-se necessário acrescentar que para conseguir o crescimento econômico em poucos anos as alternativas escolhidas revelaram-se compatíveis. Uma vez que, muitos avanços foram vistos no Brasil nos anos de JK. O PM trouxe benefícios que superaram os custos à nação. O crescimento econômico foi satisfatório, o país modernizou-se.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de. **O Brasil de JK: O ISEB e o desenvolvimentismo**. Disponível em: < <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/ISEB>>. Acesso em: 25 de junho de 2015.

ABREU, Marcelo de Paiva. Inflação, Estagnação e Ruptura: 1961-1964. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). **A Ordem do Progresso: Cem anos de política econômica republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro, RJ, Editora Campus, 1989.

ARRAES, Miguel. **O Brasil, o Povo e o Poder**. Recife, PE: Editora Universitária da UFPE, 2006.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Presidente Juscelino, os “anos dourados”. **Revista USP**, n. 53, p. 32-41. Março/Maio 2002.

BOMENY, Helena. **O Brasil de JK: Educação e desenvolvimento: o debate nos anos 1950**. FGV/CPDOC. Disponível em: < <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Educacao/Anos1950>>. Acesso em: 25 de junho de 2015.

BRASIL. Biblioteca da Presidência da República. **Biografia/Período Presidencial**. Disponível em: < <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jk/biografia-periodo-presidencial>>. Acesso em: 22 de julho de 2015.

BRASIL. Decreto nº 22.626 de 7 de abril de 1933. Dispõe sobre os juros nos contratos e da outras providências. **Diário Oficial da União**. Art. 13. Rio de Janeiro, 7 de abril de 1933.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal. **O Investimento Direto Estrangeiro – IDE**. Disponível em: < <http://www.receita.fazenda.gov.br/aduana/IDE/IDEBrasilCuba/ide.htm>>. Acesso em: 31 de maio de 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Acordos Multilaterais Organização Mundial do Comércio – OMC**. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2530&ref=2529>> . Acesso em: 14 de maio de 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Faturamento da Exportação**. Disponível em: < [http://www.mdic.gov.br/sistemas\\_web/aprendex/default/index/conteudo/id/234](http://www.mdic.gov.br/sistemas_web/aprendex/default/index/conteudo/id/234)>. Acesso em: 14 de maio de 2015.

CAMPOS, Fábio Antonio de. **Estratégias de Desenvolvimento Nacional: O Papel do Capital Estrangeiro entre o Segundo Governo de Vargas e o Governo Castelo Branco (1951 -1966)**. Dissertação (Mestrado). Economia – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: 2003.

CAMPOS, Fábio Antonio de. **A Arte da Conquista: O Capital Internacional no Desenvolvimento Capitalista Brasileiro (1951 – 1992)**. Tese (Doutorado). Economia – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: 2009.

CAMPOS, Márcia Aparecida Ferreira. **A política econômica do governo Kubitschek (1956-1961): O discurso em ação**. Dissertação (Mestrado). Economia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS: 2007.

CAPUTO, Ana Cláudia. **Desenvolvimento Econômico Brasileiro e o Investimento Direto Estrangeiro: Uma Análise da Instrução 113 da SUMOC – 1955/1963**. Dissertação (Mestrado). Economia – Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ: 2007.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. A Ideologia persistente do desenvolvimento. (Entrevista realizada, virtualmente e por escrito, em junho de 2013). Rio de Janeiro, RJ: **Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, jun. 2013.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do Desenvolvimento - Brasil: JK – JQ**. V. 14. Rio de Janeiro, RJ: Editora Paz e Terra, 1977.

COUTO, Ronaldo Costa. **Juscelino Kubitschek**. Câmara dos Deputados. Edições Câmara: Senado Federal, Edições Técnicas. Brasília, BR, 2011.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **JK rumo à presidência. Um candidato Otimista**. FGV/CPDOC. Disponível em: <  
<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/JkRumoPresidencia/CandidatoOtimista>>. Acesso em: 25 de junho de 2015.

FGV CPDOC. **A crise política se aprofunda: O cerco se fecha: a República do Galeão e o suicídio de Vargas**. Disponível em:  
<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/CrisePolitica/Suicidio>. Acesso em: 23 de julho de 2015.

FGV CPDOC. **JK rumo á presidência: O difícil caminho de uma candidatura**. Disponível em:  
<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/JkRumoPresidencia/Candidatura>>. Acesso em: 25 de junho de 2015.

FGV CPDOC. **O Brasil que Vargas deixou: Vargas e as bases do desenvolvimento**. Disponível em:  
<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/OBrasilQueVargasDeixou/BasesDesenvolvimento>>. Acesso em 25 de junho de 2015.

FURTADO, Celso. **Análise do “Modelo” Brasileiro**. 3ª Edição. Rio de Janeiro, RJ, São Paulo, SP: Editora Civilização Brasileira S.A, 1972.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. 1ª Edição. Rio de Janeiro, RJ, São Paulo, SP: Editora Fundo de Cultura S.A, 1961.

FURTADO, Celso. **Prefácio a Nova Economia Política**. 3ª Edição. V. 15. Rio de Janeiro, RJ: Editora Paz e Terra, 1977.

HAFFNER, Jacqueline A. H. **A CEPAL e a Industrialização Brasileira (1950 – 1961)**. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2002.

HYMER, Stephen. **Empresas Multinacionais: A Internacionalização do Capital**. 2ª Edição. Rio de Janeiro, RJ: Editora Graal, 1983.

IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - Ipeadata. **Base de dados: Macroeconômico**. Disponível em: < <http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2016.

LESSA, Carlos. **15 anos de Política Econômica**. 2ª Edição. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1981.

MESQUITA, Mário M. C. **Brasil 1961-1964: Inflação, estagnação e ruptura**. Economia. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, RJ: 2010. (Texto para Discussão).

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **O Brasil de JK: A criação da Sudene**. FGV/CPDOC. Disponível em: < <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/Sudene>>. Acesso em: 25 de junho de 2015.

ORENSTEIN, Luiz & SOCHACZEWSKIA, Antônio Claudio. Democracia com Desenvolvimento: 1956-1961. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). **A Ordem do Progresso: Cem anos de política econômica republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro, RJ, Editora Campus, 1989.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **O Brasil de JK. Situação e oposição: um equilíbrio delicado**. FGV/CPDOC. Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Política/EquilibrioDelicado>>. Acesso em: 25 de junho de 2015.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Estratégia Nacional e Desenvolvimento. São Paulo, SP. **Revista de Economia Política**, vol. 26, nº 2 (102), pp. 203-230 abril-junho/2006.

PRADO JR, Caio. **Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica**. 4ª Edição, São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1966.

RODRIGUES, Fernando Henrique Lemos. **Investimento Direto Estrangeiro e Empresas Transnacionais no Brasil: Reflexões de Pensadores da Cepal (Perspectiva histórica do pós-guerra ao início do século XXI)**. Dissertação (Mestrado). Economia – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: 2006.

SARMENTO, Carlos Eduardo. **O Brasil de JK: O custo do desenvolvimentismo**. FGV/CPDOC. Disponível em: < <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/Desenvolvimentismo>>. Acesso em: 25 de junho de 2015.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil de Getúlio a Castelo**. 6ª Edição. Rio de Janeiro, RJ: Editora Paz e Terra, 1979.

TAVARES, Maria da conceição (Coord.); MELO, Hildete Pereira de; CAPUTO, Ana Cláudia; COSTA, Glória Maria Moraes da; ARAUJO, Victor Leonardo de. Memórias do Desenvolvimento. **Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento**, Ano 4 - número 4. Rio de Janeiro, 2010.